



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 368 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

"Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação das Atas n.º 365, 366 e 367 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. - Período da Ordem do Dia. -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de deliberação no sentido da prorrogação do prazo para assunção das competências no domínio da Ação Social previstas no Decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua versão atualizada; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação do DDORC – Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental do período findo a 31 de dezembro de 2022, para os efeitos previstos no art.º 81.º da Lei n.º 24-B/2022, de 30 de dezembro; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Primeira Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para 2023/2027, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito da contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, até ao montante de 5.000.000,00 €, autorizado por deliberação desta Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2022, retificada por deliberação de 28 de dezembro de 2022. -----*

Período de Intervenção do Público: -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Francisco José Marques Casimiro – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP e -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – em substituição do PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carla Catarina Moreira Fernandes – GM do MIAP – em substituição do PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
- Não compareceu à sessão o Senhor Deputado Municipal Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues do GM do PPD/PSD. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • Silvana Ferreira Marques – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Então muito boa tarde a todos sejam bem-vindos a esta Assembleia Municipal, cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa todo o Executivo camarário. Igualmente cumprimento as Senhoras e os Senhores Deputados municipais, o público presente, a comunicação social que se faz representar e reitero a necessidade do cumprimento do dever de assinatura do Livro de presenças, até porque temos aqui caras novas que não estão se calhar tão habituadas a este protocolo.-----

----- Foram dirigidas à Mesa da Assembleia os seguintes pedidos de substituição: José Manuel Carvalho, Deputado do grupo Municipal do MIAP, que se faz representar por Manuel Batista Veiga; Carlos Dinis da Silva Torres que se faz representar por Carla Catarina Moreira Fernandes; a Senhora Deputada Marta Susana Taveira Duarte que seria substituída por Maria Luís dos Santos Amorim e esta, por sua vez, por Francisco José Marques Casimiro; António Rafael das Neves Timóteo por Manuel de Oliveira Marinha, este, por sua vez, por Elisabete Conceição Garrido e esta por Joaquim Manuel Pereira Almeida. Também dar uma informação e só informação de que o Senhor vereador João Almeida se faz substituir por Silvana Ferreira Marques. A todos as boas vindas para quem vem pela primeira vez e verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados e assegurada a existência de quórum num total de trinta elementos, declaro aberta a sessão da Assembleia Municipal, convocada conforme os preceitos regimentais e cuja organização dos trabalhos cumpre o mesmo documento, essencialmente os artigos vigésimo sexto e trigésimo quinto e seguintes, respetivamente. São catorze horas e quarenta e oito minutos. -----

----- Antes então de entrarmos no período de antes da ordem do dia, recebeu esta Mesa um pedido do Senhor Deputado do PCP onde pretende alterar algumas situações contidas nas atas três, seis, cinco, três, seis, seis e três, seis, sete. Avaliado pela Mesa este pedido de alterações que essencialmente tem por base muitas vezes o dúbio cumprimento do algoritmo que consubstancia a sua passagem para papel, para escrita, do que é ouvido e que ouvidas todas elas, algumas das quais de repetições de "se", "os", outras de dizer-se, pese embora algumas constarem perfeitamente inequívocas da gravação, não entendeu esta Mesa que houvesse aqui alguma alteração da, portanto, do conteúdo da mensagem se queria dar e que, por isso, não houve, não houve lugar a grandes dúvidas relativamente a isso, a não ser, em termos de pontuação, em termos de pausas, porque como devem entender numa leitura não se diz vírgula, nem ponto final, nem coisa assim do género, o que o algoritmo da sua base também



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não está lá isso, como é lógico. De qualquer das formas nós aqui na Mesa resolvemos aceitar estas alterações que se requerem qualquer um dos Deputados, alguma dúvida, nós poderemos elencar e percorrê-las todas. Mas a título de exemplo página quinze, linha vinte e três: a Senhora Presidente da Câmara teve a amabilidade transmitir, deve ler-se amabilidade de transmitir. Na página vinte, linha vinte e um perguntava "se os" e depois repete "se os" circuitos pedestres referidos. Também consta da gravação e deve retirar-se um de "se os", isto é perfeitamente inequívoco. Na página quarenta e oito, isto é realmente carece de uma reflexão profunda que estamos a fazer de um no fundo de um investimento", consta da gravação, deve ler-se "isto realmente carece de um fundo de um investimento", ou seja, isto que estou aqui a ler de uma forma perfeitamente ao calha, mas lemo-las na verdade todas e todas estas alterações que são pedidas, não interferem no conteúdo e no intuito, na vontade de quem esteve a fazer esse discurso. Por esse sentido eu proponho que sejam alterados estes pontos, pela sua inocuidade em termos de alteração das suas intenções. Dou a palavra a algum que queira transmitir alguma dúvida. Assim não havendo, portanto, vamos proceder então a estas alterações contidas neste pedido do Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP. -----

----- E passaremos agora sim, a essa tal votação das atas com estas alterações e que são inócuas no sentido e, portanto, não há nada a contrapor, pelo que ponho à votação destas mesmas atas ou alguém que queira dizer alguma coisa. Há alguma inscrição para que haja? Assim não havendo, porei à votação a ata número três, seis, cinco e permitam-me que faça já em conjunto a três, seis, seis, a três, seis, sete e que vos foram veiculadas, quem vota a favor? Não percebi. É obrigação do Deputado que, claro que não estando, saberá ou deverá saber que não poderá. Ah em separado? Certo. Pronto, então porei à votação a ata número três, seis, cinco, trezentos e sessenta e cinco. Quem vota a favor? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém? Portanto, não podem votar, portanto, não é abstenção, como devem entender não estavam presentes não podem votar. Quem vota contra? Penso que ninguém, portanto, foi aprovada por unanimidade, e, portanto, como se não houve abstenções, porque não podem é votar, não houve vontade de voto, não podem é votar, com duas abstenções, penso eu, que são duas e somos só vinte e nove, há um que quem vota contra, alguém que se esqueceu se calhar. Repetindo, não há abstenções, porque quem vota a favor, quem vota contra. Há três abstenções, abstenções que foram levantados o braço, não é abstenções, que não poderiam votar e, portanto, os eleitores são só vinte e sete correto? Está correto? Muito bem. Então foi votada e aprovada por unanimidade. -----

----- Passemos à ata número três, seis, seis. Quem vota a favor? segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, quarta fila quem vota a favor, Mesa. Quem vota contra? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem se abstém? Portanto, relativamente aos outros elementos, são indivíduos que não estiveram presentes e que, por tal, não puderam votar, foi votado por unanimidade num total de vinte cinco Deputados. -----

----- E a ata número trezentos e sessenta e sete, quem vota a favor? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Vota contra primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fila. Portanto, num universo de vinte cinco Deputados, foi votada por unanimidade. -----

----- Ultrapassado este primeiro ponto do **Período de Antes da Ordem do Dia**, entramos no **ponto número dois: intervenções dos Senhores Deputados nos termos do artigo trigésimo quinto do RAMA**, pelo que dou a palavra aos Senhores Deputados. Portanto, faz favor Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssima Senhora Presidente de Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos sendo os mesmos, através de vossas excelências, extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão de forma remota. -----

----- Senhora Presidente eu irei nesta minha intervenção abordar dois temas. O primeiro dos temas é a saúde, portanto, sabemos da criação recente de mais um organismo no Ministério da Saúde, a Direção Executiva do SNS, também sabemos que está em marcha a criação da ULS de Aveiro, fala-se ainda na criação de uma USF, no entanto, apesar da criação de todas estas entidades, o problema de fundo, que é a falta de profissionais de saúde, nomeadamente médicos, esse mantém-se. E no nosso Concelho sabemos da dificuldade que em alguns locais conseguir uma consulta nos cuidados de saúde primários e até em alguns casos dificuldade em conseguir uma receita de continuidade. E essa situação piora quando é dito aos utentes que devem pressionar as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, no sentido de resolver o problema e depois temos, obviamente, os Senhores Presidentes de Junta que bem tentam pressionar as entidades competentes, mas sem qualquer tipo de resposta concreta e a criação destas entidades não é, de facto, uma resposta concreta. As pessoas não querem saber da Direção Executiva do SNS, não querem saber de ULS, USF ou CSP, o que as pessoas querem é quando estão doentes tenham médico a quem recorrer. Só querem isso e não adianta depois ouvirmos e virem dizer que as urgências estão cheias, estão cheias com falsas urgências, que as pessoas devem ir aos cuidados de saúde primários, porque se não há acesso a esses cuidados de saúde primários, é natural e evidente que as urgências vão continuar sobrelotadas. E, de facto, este assunto não é um problema que caiba de forma direta à Câmara Municipal resolver, como tantos outros que ocorrem no nosso território. Não é competência da Câmara Municipal e muito menos das Juntas de Freguesia, é sim competência do Estado Central e dos seus muitos organismos. No entanto e face a toda esta importante problemática e cientes de que o Município está dentro das suas possibilidades, possibilidades essas que são unicamente influenciar e pressionar quem de direito. Gostaria de saber que démarches têm sido feitas no sentido de minorar este problema e, obviamente, o resultado dessas mesmas démarches? -----

----- O segundo tema é o licenciamento e construção de duas novas superfícies comerciais na zona do Vale de Santo, aqui em Anadia. Relativamente a este tema e o que tenho lido na comunicação social e sem entrar na discussão das vantagens e desvantagens deste tipo de superfícies comerciais, até porque não é um tema propriamente novo, pois existem outras superfícies comerciais similares no Concelho, sendo que uma delas é até bem próxima e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabendo também que o local onde irão ser implantadas estas superfícies comerciais consta no PDM com a possibilidade de construção de espaços comerciais, construção de habitação familiar e multifamiliar e ainda sabendo que o licenciamento não compete de forma direta à Câmara Municipal, que apenas emite um parecer sobre a localização. A pergunta que coloco é clara e direta é se poderia a Câmara Municipal ter feito alguma coisa para impedir a construção destas superfícies comerciais? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, darei a palavra à Senhora Presidente da Câmara no sentido de dar alguma resposta ao solicitado. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não, muito boa tarde a todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento também a Mesa da Assembleia e, portanto, também este cumprimento extensivo a todos os Senhores Deputados municipais, o Executivo hoje já tivemos reunidos, portanto, tivemos reunião de Câmara e, obviamente, também à comunicação social e aos nossos colaboradores. -----

----- Pois a primeira questão que foi aqui apresentada é se calhar aquela que é mais preocupante neste momento para o Concelho de Anadia. Este é um tema que tem que estar nas nossas prioridades em termos de preocupação porque, na verdade, a saúde é um bem que todos desejamos e, obviamente, necessitamos de respostas. Por muito que se venha e que se ouça dizer que estamos ou que se está a trabalhar para manter o Serviço Nacional de Saúde, o que é certo é que aquilo que verificamos é que o Serviço Nacional de Saúde está, efetivamente, em degradação. E, logicamente, no que respeita aos cuidados de saúde primários e nomeadamente no Concelho de Anadia, na verdade a preocupação passa pela falta de profissionais de saúde e isto não acontece só no Concelho, infelizmente, em toda a região, infelizmente, em todo o país e isto é notícia, obviamente, pela comunicação social, pela falta dos profissionais. Aliás preocupação também dos Senhores Presidentes de Junta, enfim, e isto por igual, seja de Avelãs de Caminho, seja de Sangalhos, seja de Amoreira da Gândara, enfim, seja em Anadia ou seja, em Sangalhos, em todas as extensões de saúde se verifica esta falta de resposta em termos profissionais de saúde e passa também a ser extensivo aos enfermeiros e passa a ser extensivo aos próprios operacionais. E, na verdade, não é responsabilidade do Município porque não tem as competências nessa matéria, nem a descentralização irá atribuir também essas competências aos Municípios, portanto, no que toca aos profissionais de saúde, nomeadamente aos médicos e enfermeiros, é algo que está vedado ao Município qualquer intervenção nesta matéria e qualquer intervenção que possa estar articulada com Serviço Nacional de Saúde. E, na verdade, com todas as siglas que existem e disse o Senhor Deputado e bem, as pessoas não querem saber das siglas, querem saber é das respostas, mas o que é certo é que as siglas também estão em cima da Mesa em qualquer situação. E nesta mais recente comunicação da criação da Unidade Local de Saúde de Aveiro, preocupação sobretudo porque não sabemos exatamente como é que vai funcionar. Tentámos perceber efetivamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como é que outras unidades locais de saúde já funcionam, se isto traz algo de melhor ou não a para a nossa região e, na verdade, ouvimos opiniões diferentes, umas funcionam melhor, outras nem por isso e, portanto, acreditamos que não trará nada de melhor para o nosso Concelho, seja prós cuidados de saúde primários, seja para os cuidados hospitalares. Tivemos oportunidade de reunir com o hospital, com a administração do Hospital de Anadia, em que tem só uma parte a União das Misericórdias, a União das Misericórdias, portanto, e, na verdade, ouvimos também a opinião de um dos administradores que tem experiência também em outras unidades locais de saúde. Ouvimos aquilo que poderia ser possível também acrescentar algo mais em termos de respostas ao Hospital José Luciano de Castro e percebemos aquilo que se passa nos cuidados de saúde primários e, portanto, foi isso que nos levou a fazer, desde logo, uma comunicação ao Secretário Executivo, ao Doutor Fernando Araújo, comunicação essa que entretanto foi, não teve logo resposta e, portanto, por insistência, voltamos outra vez a pedir qualquer resposta e, portanto, qualquer atendimento às nossas pretensões. E essas mesmas comunicações, portanto, partilhei com o Executivo e partilhei também com a Assembleia Municipal e, portanto, vocês têm acesso a essas mesmas respostas. O Senhor Secretário Executivo, portanto, salvaguarda aquilo que já tinha salvaguardado na primeira comunicação que nos fez, é que, na verdade, é sempre algo delicado tratar estas matérias, sobretudo em Concelhos periféricos. O nosso caso em concreto na nossa região, Anadia e Ovar são as duas situações mais delicadas, mas salvaguardando sempre que todos aqueles que estão nas zonas de fronteira poderão usufruir da livre escolha para onde querem ir, sobretudo nos encaminhamentos. E falo nesta questão nas urgências e nos cuidados hospitalares, mas, na verdade, não sabemos e esses encaminhamentos possam ser de livre escolha dos utentes, serão de todos os utentes, serão daqueles que pegam no seu carro e vão por sua iniciativa para qualquer urgência ou se também, aqueles que entram nas ambulâncias, seja do INEM ou seja dos bombeiros, podem também ter essa escolha, quando o próprio médico pode vir a reencaminhar para outro serviço. E, portanto, estas são as dúvidas que persistem e, portanto, se não houver, desde logo, desde o princípio sempre um encaminhamento à vontade do doente, se tiver possibilidade e se tiver capacidade para fazer essa opção, portanto, estaremos sempre aqui com a alguns constrangimentos, porque toda a gente sabe que, efetivamente, em termos de matéria de saúde apesar de ser complicado o serviço de urgências nos CHUC, na verdade, nós estamos muito mais identificados com os serviços de urgência do CHUC do que propriamente com os serviços do Hospital do Baixo Vouga. Por outro lado, na questão dos cuidados de saúde primários e, portanto, criando uma ULS também não vislumbramos que haja a oportunidade de mais profissionais de saúde poderem aceder a este sistema. Portanto, se a ULS vai contar só que os profissionais de saúde que já existem e que vão ser deslocalizados de um lado para o outro, ainda é muito mais complicado, sobretudo para colmatar as falhas. Ainda na semana passada o Senhor Presidente de Sangalhos partilhava comigo a preocupação, houve concurso ao nível do ACES do Baixo Vouga, tomou posse uma médica que no dia seguinte quando veio ao local e verificou as tarefas que tinha que fazer e as deslocações que tinha que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer, imediatamente rescindiu e, portanto, tomou outra opção e, portanto, acabou por ser deslocalizada para outro serviço. E, portanto, enquanto assim estivermos, obviamente, que não temos respostas no imediato. Ainda na semana passada em reunião com o Senhor Presidente o ACES do Baixo Vouga, com os coordenadores das várias unidades de saúde e, portanto, em que estiveram os vários serviços da USP, da UCC, da saúde pública, no fundo, esta preocupação foi presente e partilhada com todos os coordenadores das várias extensões de saúde e aquilo que também que nos foi referido sobre esta matéria, bom este concurso agora terminou e agora só vai haver um novo concurso em agosto. Portanto, preocupação para os médicos que estão, porque se já faziam falta hoje médicos, não é só um, mais que um, se porventura algum deles ficar doente, não tem quem o substitua e, por outro lado, até ao final do ano há mais médicos a pedirem a aposentação e, portanto, esta é uma preocupação muito séria que está em cima da Mesa pela falta de profissionais e, obviamente, que mais uma vez tive que quase suplicar ao Senhor Presidente do ACES, que não tem competências nesta matéria, nem pode ter, tem que ser isento, que, obviamente, quando soubesse de um médico que viesse para Anadia, pelo menos partilhasse com o Município, com a Câmara Municipal, para a própria Câmara Municipal poder ver o que é que pode fazer para ajudar a resolver estas situações. Porque, por exemplo, como dizem há um médico que vai para Bustos, mas o médico que vai para Bustos até podia ir para Aguim, mas não quer ir para São Lourenço. Bom quer dizer, quando há estas opções e estas questões em cima da Mesa, é difícil, obviamente, encontrar soluções para resolver as falhas que existem, em cada extensão de saúde, portanto, não basta ter investimentos, nomeadamente, na requalificação das extensões de saúde, se depois não tivermos recursos humanos para dar as respostas e, portanto, esta é, de facto, uma preocupação e, portanto, que foi partilhada ainda na semana passada com todos os profissionais que estiveram presentes nessa mesma reunião e, portanto, partilhando também a preocupação que já não são só os médicos, são também os operacionais e depois serão os assistentes técnicos e por aí fora e, pronto, e quando, por exemplo, também há assistentes técnicos que eles próprios também não havendo médicos até eles já orientam, já mandam, já põe e dispõe, pronto e é um caos total em que efetivamente estamos e, pronto, e a pressão está a ser colocada efetivamente ao nível regional, portanto, com o ACES do Baixo Vouga, com a ARS e novamente com o Senhor Secretário Executivo, a quem já novamente lhe reatribuí a resposta que ele deu e, obviamente, continuando a manifestar a nossa preocupação, deixando eu em resposta alguma tranquilidade, como se esta questão da ULS viesse resolver todos os problemas de saúde ou a falta de profissionais de saúde no Concelho. Portanto, em resumo, respostas no imediato não existem, já sabemos e se não houver concursos para colocação de médicos nada feito e, portanto, isto é algo que está continuamente a ser adiado. É evidente também foi posto em cima da Mesa ainda o encerramento de mais polos associados às extensões de saúde, como forma de colmatar, enfim, o problema e a falta de médicos. Portanto, é algo com sobre o qual, obviamente, não tem o nosso deferimento e, portanto, estamos aqui a aguardar efetivamente a melhor resolução. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sobre a criação das USF, há muito que a Câmara Municipal manifestou a criação das USF e, portanto, dando prioridade aos três polos que existem no Concelho, portanto, primeira prioridade USF em Anadia, segunda prioridade em Sangalhos, terceira prioridade em São Lourenço e o que é que as USF acrescentam, bom pelo menos mais apetência para que as equipas se fixem e que haja a resposta para a população. Mas na verdade também é algo tudo muito estranho e o Senhor Presidente de Sangalhos assim o poderá também dizer, porque se um dia nos dizem que efetivamente as USF são a forma de encontrar aqui a resolução do problema no dia seguinte, calma porque isto não é bem assim, já não será bem com as USF que se irá resolver o problema. Pronto e esta questão das siglas USF ou ULS e que andamos todos aqui entretidos e ao mesmo tempo a quererem baralhar-nos, que é isso mesmo, porque, na verdade, aquilo que está em cima da Mesa e que é preocupante é a falta dos médicos para darem respostas nos cuidados de saúde primários que é aquilo que a população deseja e algo em que o Município até pode contratar médicos, mas não pode envolvê-los no Serviço Nacional de Saúde e, portanto, as pessoas acabam por ter que fazer as suas opções, mas com outros custos associados e, portanto, sem uma resposta do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, de momento é que se me oferece dizer, sabendo que esta questão da ULS até ao final deste mês o dito plano de negócios, aliás, hoje já havia uma reunião com os coordenadores e que até ao final do mês será algo que será apresentado e depois será comunicado aos Municípios e, portanto, não tenho mais informação a dar-vos senão esta que vos estou a prestar hoje. -----

----- Sobre o licenciamento da superfície comercial. Na verdade, nós quando desenhamos um PDM, quando planeamos, nós não estamos a pensar num investimento A, B, C ou D. Nós estamos a planear o território, a ordenar o território, portanto, e a prever que naquele local é possível haver expansão urbana, no outro local é possível criar espaços para desenvolvimento de atividades económicas, mas não estamos a pensar propriamente nos investimentos. Depois há efetivamente atividades que são compatíveis com a habitação. Portanto, isto para dizer que mesmo muitas vezes quando queremos expansão do território em determinadas áreas, nós não podemos fazê-lo, porque temos condicionamento em termos de solo e, por outro lado porque em termos de expansão urbana também temos índices a que estamos sujeitos e, portanto, nem sempre conseguimos a dita expansão urbana, onde o Município efetivamente deseja. Mas pronto, dentro daquilo que é racional, que é possível e que é acolhido pelas diversas entidades e face às condicionantes de território, o PDM e define as regras de expansão urbana, as regras de solo urbano, aquilo que é só urbano com possibilidade de expansão urbana, aquilo que é solo urbano com zonas verdes, enfim, e solos com outras potencialidades e outras que ficam completamente restringidas porque continuarão a ser zonas de RAN e da REN, pese embora algumas ações compatíveis que solicitando às entidades até são possíveis de se fazer algo nessas mesmo espaço. Portanto, dizer que o PDM e a primeira versão que demorou anos a construir, teve um segundo processo de revisão, nesses processos de construção do PDM as pessoas manifestam-se, onde querem construção, onde não querem ou gostariam, onde solicitam a possibilidade de encaixar. São planos que definem aquilo que é o ordenamento do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território, mas que também é aprovada em Câmara, está à discussão pública, é aprovado pela Câmara é aprovado pela Assembleia Municipal. Portanto, isto para dizer que quando nos surge um pedido como o caso do licenciamento de superfície comercial que é compatível com a expansão urbana e com a habitação, logicamente que o Município não tem ferramentas para poder limitar este tipo de licenciamentos. Assim como acontece com as indústrias se estão em espaço de atividades económicas ou com a possibilidade de expansão para atividades económicas, obviamente que a Câmara não tem ferramentas para poder limitar. Quiçá, por exemplo, nas zonas industriais e estão duas aprovadas e duas já adjudicadas as empreitadas, que hoje, portanto, fizemos a adjudicação em reunião de Câmara. Numa hasta pública, por exemplo, o Município até pode limitar os CAE das atividades para a instalação dessas empresas, determinados CAE na própria zona industrial e, portanto, quando está a vender os lotes pode haver limitação de algumas atividades, portanto, referenciadas com aqueles CAE. Mas de outra forma não é possível, porque na verdade o PDM é lei, existe um PDM que, no fundo, define as condicionantes e, portanto, se não houver mais nenhum plano de pormenor e se não houver nenhum plano de urbanização, aquilo que prevalece é o PDM que é aprovado pela Câmara, que é aprovado pela Assembleia Municipal e que é publicado em Diário da República e depois seguem as regras normais de urbanização e nada mais há a fazer. E, portanto, sobre esta situação não pode a Câmara Municipal, enfim, eu não gosto desta atividade ou não gosta desta empresa ou não quero que isto seja aqui, não tem a forma de contrariar aquilo que o PDM permite e, portanto, não podemos andar aqui ao sabor destas vontades ou destas condicionantes que o Município, pronto, com que o Município possa vir a ser confrontado. Aliás as alterações do PDM fazem hoje suspensões do PDM. Fazem-se sempre no sentido de promover o desenvolvimento económico e não o contrário, de restringir aquilo que é o desenvolvimento económico ou restringir a expansão urbana, portanto, quando se fazem estas alterações ou revisões do Plano Diretor Municipal, obviamente, que é sempre no sentido de criar a possibilidade de haver mais desenvolvimento económico, mais expansão urbana e, portanto, permitir mais construção. Portanto, dizer que, de facto, a Câmara Municipal não tem qualquer ferramenta para limitar o licenciamento numa zona ou num local que até terreno privado, portanto, foi comprado, foi adquirido o terreno é privado e, portanto, pedem licenciamento à Câmara e, portanto, a única coisa em que o Município pode ter intervenção é, efetivamente, em termos de verificar o cumprimento das manchas possíveis construção, dos acessos que são permitidos ou não, as entradas e saídas, que foi aquilo que aconteceu e, portanto, essa é matéria que pode ser trabalhada com o Município, portanto, determinando os afastamentos, determinando os passeios, determinando a largura das vias, de acessos e por aí fora, para além daquilo que é o cumprimento das regras normais, portanto, que estão definidas em termos de PDM. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra agora ao Senhor Engenheiro Barbosa, faz favor. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa, os outros membros da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e os Senhores vereadores, colegas Deputados e as pessoas que nos acompanham no exterior, via online, a comunicação social, eventualmente também. -----

----- Eu tinha duas questões para abordar e, curiosamente, são as mesmas que o Senhor Deputado Nuno Portovedo colocou. O que permitiu à Senhora Presidente fazer já as suas respostas, quer dizer, obviamente, que costuma ser assim, vai respondendo um a um, mas se calhar, neste caso, era melhor ter ouvido as opiniões de todas as pessoas que queriam falar e depois a fazer todas as considerações. Portanto, de certo modo é natural que aquilo que eu pergunto acho que já respondeu. De qualquer maneira eu gostava de falar então sobre o processo, o licenciamento das superfícies comerciais no Vale Santo. A maioria dos municípios de Anadia foi confrontado com a colocação de uma vedação para efeito de obras no Vale de Santo e ficou a conhecer nessa altura a autorização do licenciamento da construção de duas superfícies comerciais, tipo hipermercado, surpreendendo, por isso, a maioria das pessoas neste início do ano de dois mil e vinte e três. Numa zona nobre do centro da cidade, situado junto à mancha verde do Monte Crasto, a relíquia patrimonial e ambiental da cidade, com intervenções de requalificação significativas que decorrem ainda neste momento. Por outro lado quando as necessidades de habitação do Concelho são de uma dimensão que não tem sido resolvida, quer pelos promotores imobiliários, quer pela autoconstrução ou por associações cooperativas, que não tem grande atividade no nosso Concelho, não se compreende que a autarquia não participe nesse desígnio nacional, disponibilizando terrenos com possibilidade de construção e licencie ou permita o licenciamento de construções de superfícies comerciais, onde se poderia construir também ou aumentar o parque habitacional do Concelho. Não é compreensível que há vários anos tenha sido retirado do Centro de Anadia, por exemplo, o mercado Municipal e deslocado o mesmo para a parte sul da cidade, por se entender que noutra local desse centro, que seria mais adequado noutra local e se licencie agora a possibilidade de construir, a possibilidade não a realidade de construir no Vale de Santo, outro ponto de central e neste caso de duas superfícies comerciais junto de uma outra já existente. Assim, o Partido Socialista de Anadia não se revê nesta gestão, que entendemos ser desconexa do património e incoerente ordenamento do Território. -----

----- Assim, eu colocava as seguintes questões à Senhora Presidente, desde quando tem conhecimento a Câmara e os seus serviços da área de Planeamento e Urbanismo, da intenção de construir estas duas superfícies comerciais? Porque não foram encaradas outras soluções para ocupação daquele espaço nobre da cidade, designadamente nas áreas habitacional ou ambiental? Foi feito pelos promotores do investimento algum pedido de informação prévia? Analisou o Executivo Municipal as consequências desta implantação de mais duas superfícies desta natureza, na viabilidade de sobrevivência do que resta do comércio local tradicional nesta zona? Não existindo nexos e coerência interna entre as intenções que se vão manifestando a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço, esporadicamente, para utilização de espaços na zona central da cidade, questionamos a Senhora Presidente sobre se há, de facto, delineado algum plano desta Câmara para o centro de Anadia? -----

----- Concluía já também então a segunda intervenção sobre a CIRA, sobre a CIRA não, sobre a Unidade Local de Saúde da região de Aveiro, no qual por força de pertencermos, o Município de Anadia pertencer à CIRA, vai ser integrado, muito provavelmente ou de certeza, porque não é possível mudar neste momento a situação, a menos que não seja criada a Unidade Local de Saúde. Nesse plano que foi, digamos, foi vertido numa deliberação do Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, todos os municípios de Anadia estão incluídos, portanto, também todos os Municípios da incluídos na CIRA estão incluídos, portanto, também Anadia. O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Engenheiro Ribau Esteves, manifestou publicamente a sua concordância, não mostrando qualquer dificuldade de aceitação dessa situação, dessa criação. A Senhora Presidente da Câmara faz parte também desse Conselho Intermunicipal, do Conselho Diretivo, digamos assim, esse mesmo, essa mesma deliberação prevê que os Municípios limítrofes, nomeadamente, Ovar e Anadia fiquem com a liberdade dos seus utentes, como disse há pouco não sabemos bem como, se é para sempre, se é no início, se é em situações de emergência ou quando as pessoas vão diretamente às unidades hospitalares, mas ficam com a liberdade de escolha e, portanto, habitualmente os utentes de Anadia vão em grande, digamos, grande maioria utilizam os serviços hospitalares de Coimbra, porque estão mais apetrechados, porque uma boa parte do Concelho está mais perto de Coimbra do que de Anadia, porque os profissionais em quantidades são mais em Coimbra e as próprias unidades e, portanto, alguns deles são seguidos há décadas por terem patologias crónicas que os obrigam a ser seguidos e por uma razão de continuidade dos cuidados, obviamente que é preferível, é aconselhável que continuem a pertencer a Coimbra. Isso aparentemente está contemplado, portanto, o que nós queremos ter a certeza é que, além das outras preocupações que referiu e muito bem, sobre os cuidados primários, sobre as extensões de saúde, sobre a falta de médicos e de outros profissionais. O que nós precisamos de saber como neste enquadramento todo, como é que a Senhora Presidente prevê poder, digamos, fazer pressão no sentido de que digamos, Anadia fique com essa possibilidade. Se for criada a Unidade Local de Saúde da região de Aveiro, como tudo indica, que fique vertido no texto que os utentes de Anadia do Serviço Nacional de Saúde não poderão ser obrigados, em nenhuma circunstância, por Aveiro em detrimento de Coimbra. Devem ficar com a liberdade de optar por uma ou por outra, conforme entendam. Portanto, gostaria de a questionar então sobre estes dois assuntos que agora coloquei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Eu gostaria só de tecer duas ou três considerações, uma das quais é dizer-lhe que na sua alocação excedeu em cinquenta e oito segundos o tempo para a fazer, pese embora, não é, ela ser decalcada de uma já existente e que poderia já ter tido outras respostas, mas também acho que deverá rever algumas informações, quiçá privilegiadas,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que disse relativamente que isto é inexorável e depois pede a alguém que faça uma previsão, portanto, se é inexorável não há previsões há certezas. De qualquer das maneiras vou dar a palavra a Senhora Presidente no sentido de responder às suas petições e pretensões. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom dizer ao Senhor Deputado Engenheiro Barbosa, que disse que eu fiz considerações, eu não fiz considerações, eu dei explicações e, portanto, aquilo que é exato. Ok? Quando o Senhor refere que efetivamente estamos a falar de uma zona nobre. Sim. Nós desde sempre que ouvimos falar na zona do Vale Santo como uma zona, enfim, que seria o pulmão da cidade. O que é certo é que é uma zona tão nobre que há mais de trinta anos que está abandonada, há mais de trinta anos que está de tal maneira protegido, que esteve completamente e continua ainda votada ao abandono. E na verdade, enfim, nós temos conhecimento dos antecedentes, daquilo que no passado aconteceu, no passado houve uma intenção de um dito plano de urbanização que não aconteceu, não foi viabilizado pelos donos dos terrenos. Hoje passado não sei quantos anos já são menos os donos, porque já passaram aos herdeiros e outros compraram e outros cederam e por aí fora, mas continuou completamente votado ao abandono e, portanto, erva e silvas e se porventura até, enfim, teria melhor aspeto em determinada altura do ano era porque o Município pedia aos proprietários se disponibilizavam os terrenos para, enfim, serem limpos e poderem ser utilizados para o parque de estacionamento no âmbito da realização do certame da Feira da Vinha e do Vinho. E o que é certo é que nada aconteceu durante estes anos, de tal maneira que era protegido, mas, na verdade, os seus proprietários, com certeza, sabem desde há muito qual o valor dos seus terrenos e aquilo que lhes era permitido construir em termos de PDM. Se não o fizeram é porque não tinham possibilidades, não tiveram vontade, lá saberão eles. Baralhou aí um bocadinho as coisas, misturou a dizer que retiramos o mercado daqui, levamos o mercado lá para cima. Sim, na verdade o mercado também precisava de ser qualificado. Mas na verdade o espaço não ficou ao abandono, porque saiu daqui o mercado, o mercado passou a ter outras condições e hoje, onde era o mercado, até temos uma zona nobre, uma zona bonita, uma zona cuidada, uma zona onde estão os serviços públicos concentrados, porque se calhar hoje já nem sequer teríamos essa resposta no Concelho de Anadia. E hoje temos as Finanças e continuamos a ter a Segurança Social e temos o IRN, enfim, e até temos também a ACIB e uma direção da Associação Florestal do Baixo Vouga, portanto, okay, fizemos, mudamos de sítio, requalificámos, mas não deixamos espaços abandonados. E se na verdade que o Município não pode fazer mais nada na zona do Vale Santo é porque efetivamente não era proprietário deste espaço. Eu já tive oportunidade de dizer isto em reunião de Câmara aos Senhores vereadores que já em dois mil e dezanove quando achamos que, pelo menos, devemos dotar aquela zona, enfim, de a requalificar, de dar um ar mais urbano, pelo menos para fazer algo, tive oportunidade de chamar a esta Câmara os proprietários e perguntar-lhes o que é que eles pensavam fazer daqueles terrenos e dizer-lhes vocês sabem o potencial tem aqui, sabem aquilo que podem fazer e podem fazer habitações unifamiliares e podem fazer habitações multifamiliar. Chegamos inclusivamente em termos os serviços a desenhar algo para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eles poderem visualizar e poderem fazer algum juízo de valor que pudessem disponibilizar esses terrenos, mas, na verdade, aquilo que me foi dito é que não tinham qualquer intenção. Mais ainda também se manifestaram indisponíveis para fazer qualquer alteração do traçado da via que hoje lá está desenhada e que o meu antecessor, enfim, a muito custo lá conseguiu, mas no fundo esses terrenos também não foram integrados no domínio público Municipal e, portanto, também ao que carecia em definitivo de ser resolvido. Portanto, decorridos esses tempos e depois de ouvir do interesse que os seus proprietários tinham sobre fazer algo, que era nada e não estavam disponíveis para o fazer, portanto, as coisas foram andando e nós entretanto, fomos fazendo o traçado daquela via, portanto, desenhando projeto, colocando as infraestruturas e ficando à espera de uma oportunidade para, enfim, poder viabilizar aquela via, dotando aquela zona de passeios, iluminação pública, de gás, enfim, de saneamento, de água, porque até o saneamento passava pelo meio dos terrenos que estão hoje, onde estão hoje a ser edificadas as construções e por aí fora e, portanto, foi isso que fizemos e desde logo dizer que desde o ano passado, desde dois mil e vinte, que veio à Câmara um grupo, uma equipa de gente com técnicos com advogados avaliar a possibilidade de fazer ali uma superfície comercial, aliás, já em tempos e ainda hoje há terrenos em Anadia, nomeadamente o antigo terreno da cerâmica onde está a chaminé que foi adquirido por um grupo, supostamente também ligado ao Intermarché, para a construção do Intermarché e mais acima de um Metromarché e, portanto, esta ideia do Intermarché já vem desde alguns anos atrás e, na verdade, também esses terrenos acabaram por continuar ao abandono. Também continuam cheio de ervas e de silvas, todos os anos as pessoas são notificadas para os limpar e, entretanto, surgiu um outro grupo, uma outra equipa, porque depois há os franchising que entretanto surgem, aqui seria mesmo mais do grupo a fazer aqui uma proposta para a criação de uma superfície comercial e, portanto, na verdade, aquilo que o PDM permite, as ações são compatíveis com aquilo que está previsto para a zona e, portanto, aquilo que se pediu foi a apresentação de um estudo prévio, como é óbvio, porque não se pode só dizer sem perceber o que é que eles pretendem e, portanto, foi isso que foi feito, foi analisado pelos nossos técnicos e em função dessas propostas houveram aqui situações que foram acauteladas, nomeadamente, o não permitir, não podendo inviabilizar a construção dessas superfícies comerciais, pelo menos que os acessos fossem feitos pela via superior, onde hoje já vai embocar a entrada e a saída do Pingo Doce, que já há uns quantos anos atrás também teve a mesma discussão pública, porque incomodou o Pingo Doce e, portanto, estamos a assistir um bocadinho de um diálogo que é idêntico aquilo que se passou há uns anos atrás, portanto, diria eu, salvaguardámos as entradas, saídas, inviabilizando a circulação de trânsito pesado por essa via que nós pretendíamos melhorar, requalificar ou melhor até construir o que disse, inclusivamente, essas áreas nem sequer integraram o domínio público e, portanto, tentar obviamente minimizar aquilo que seria o impacto, nomeadamente em termos de segurança rodoviária e que permitisse viabilizar e requalificar aquele espaço. Portanto, foi isso que aconteceu, foi isso que foi discutido e, portanto, as soluções acabaram por ser apresentadas e aprovadas. Quanto ao restante espaço e porque a estrada continua por fazer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e, como vocês sabem, inclusivamente, é um daqueles projetos que até estavam, estavam e está no âmbito do empréstimo que foi apresentado, mas eu também não ficava bem se porventura não chamasse novamente os proprietários, herdeiros à Câmara e perguntasse okay, nós queremos fazer este traçado, mas tem aqui uma curva e contracurva acentuada é possível nós voltarmos a falar sobre este assunto e melhorar o traçado e, portanto, foi isso que fizemos é isso que estamos a fazer ainda neste momento, que é algo que não está fechado e depois estar fechado os proprietários, sabendo eles a capacidade construtiva que tem e aquilo que podem lá fazer neste momento e que também gostavam PDM fosse alterado, para, enfim, até lhes permitisse construir ainda mais do que o que tem neste momento, mas o PDM não se muda, essas regras também não se mudam de um momento para outro e na verdade, portanto, diria eu os proprietários estão elucidados, aliás, praticamente é um proprietário e, portanto, estamos em cima da Mesa com essa discussão, negociação no sentido de voltarmos outra vez a perceber se é possível melhorar aquele traçado da estrada e podermos em definitivo concluir esse projeto, para que fique claro quais são as áreas que passarão para o domínio público ocupados pela Câmara Municipal e, neste caso, pela via a ser construída e dotada das infraestruturas que têm que ser feitas. Portanto, eu penso que já respondi de forma genérica às questões que foram apresentadas, contando um bocado a história daquilo que foi do passado e se fosse mais a pormenor, depois já não tinha tempo para falar sobre o restante, mas quando quiser estou perfeitamente disponível para relatar isto ainda mais em pormenor e mais detalhe, se os Senhores assim entender. Unidade Local de Saúde de Aveiro. Grande surpresa minha Senhor Engenheiro, estava eu à espera que o PS hoje até trouxesse aqui para cima da Mesa mais informação, porque vocês até devem ter informação privilegiada, diria eu. -----
----- Agora o Senhor esteve na Assembleia Intermunicipal, portanto, teve oportunidade de fazer a intervenção, ouvir, enfim, aquilo que alguns Deputados municipais colocaram. Agora não se pode confundir aquilo que é a opinião do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e aquilo que é a decisão da Comunidade Intermunicipal de Aveiro. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro pode ter uma opinião para a ULS e para as suas unidades locais de saúde, enquanto Presidente da Comunidade Intermunicipal, obviamente, que não decide sozinho, portanto, tem que ouvir depois os seus pares. Sabendo de antemão, isso teve sempre em cima da Mesa, que há aqui, enfim, duas situações delicadas, que é o caso de Anadia e o caso de Ovar, portanto, muito antes de até a população de Ovar sair à rua e se manifestar. Isto já foi matéria que logo que chegou o ofício do Senhor Secretário Executivo que foi matéria que foi abordado e, obviamente, também uma coisa é opinião do Senhor Presidente da Câmara de Ovar que diz enquanto região eu percebo que é importante a ULS, mas, por outro lado, eu tenho que estar em conformidade com a minha população e com aquilo que é melhor para a minha população e eu direi exatamente a mesma coisa, porque nós temos que estar é do lado do interesse das populações e, portanto, aqui ainda de uma forma mais premente, toda a gente sabe que, efetivamente, nós em termos de matéria de saúde nos identificamos com Coimbra, ponto. A Mealhada também pertence ao distrito, não pertence à nossa região, mas já está mais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direcionada para Coimbra e, portanto, aí nada a fazer. Agora caberá ao Município de Anadia esta capacidade de decisão. Eu gostava, se nós tivéssemos esta capacidade de decisão sobre essa escolha o Município de Anadia estava encantado, decidiria sobre essa matéria e sobre todas as matérias em termos de saúde. Estou apreensiva Senhor Engenheiro? Claro que estou, porque na verdade e é preciso não esquecer que, por exemplo, quem acabou com o serviço das urgências no Hospital José Luciano de Castro? Recorda-se? Governo PS, okay, acabaram os serviços de urgência, acabaram os serviços de atendimento permanente, portanto, isso acabou tudo em governos PS e, portanto, como eu vejo a restringir cada vez mais na saúde, é evidente que estamos preocupados, porque não sabemos exatamente o que é que esta ULS que no fundo será com certeza diferente de todas, porque todas são diferentes e todas funcionam de forma diferente e umas melhores do que as outras, mas, na verdade, não sabemos o que é que isso vem acrescentar ao Concelho. Sabendo nós que, independentemente da designação, aquilo que é prioritário efetivamente é termos resposta em termos de matéria de saúde, nomeadamente em termos dos profissionais de saúde e, portanto, este é um ponto assente e prioritário e, portanto, logicamente, não caberá ao Município essa capacidade de decisão gostávamos nós e seria ótimo que pudéssemos ter essa capacidade de decisão. Mas, como eu disse, nós nem na descentralização a temos como é que havemos de ter nesta matéria, impensável. Aliás, na comunicação que foi remetida pelo Senhor Secretário Executivo que eu passo a ler, volta a dizer, de sublinhar, eu repito aquilo que está escrito, de sublinhar que, no entanto, será sempre salvaguardada a liberdade de escolha dos utentes, facto especialmente pertinente nos Municípios que fazem fronteira entre comunidades intermunicipais diferentes. O objetivo desta forma de organização é facilitar a vida das pessoas e não colocar constrangimentos aos fluxos naturais. Portanto, agora a minha pergunta continua a estar presente, mas que utentes? O utente que vai na sua viatura e escolhe ir para as urgências ou o encaminhamento é feito? Aqueles que vão a ambulância também tem essa escolha? Portanto, isso é aquilo que nós não sabemos. Agora se o Serviço Nacional de Saúde disser aos médicos que tem que ser encaminhado para Águeda ou para Aveiro, quem é o médico que vai desrespeitar as ordens que são dadas? O Município não pode ir dar ordens aos profissionais de saúde, portanto, estamos aqui à espera de perceber exatamente que modelo é este, quais as vantagens que traz e que melhorias traz, nomeadamente para o Município de Anadia e, portanto, eu não tenho qualquer outra resposta, mas continuo a dizer, eu espero, eu espero, que desta vez o nosso Governo tenha um outro entendimento sobre aquilo que é a prestação dos serviços e dos cuidados de saúde no Município de Anadia. Reforçámos, solicitámos e estamos a aguardar inclusivamente o desafio que fizemos ao Senhor Secretário Executivo que venha o Município de Anadia, venha conhecer a nossa realidade, venha hospital perceber as condições que este hospital tem. O Hospital José Luciano de Castro tem acordos com o Serviço Nacional de Saúde, pode ir muito mais além, mas é preciso que o Governo efetivamente o autorize. Porque há limitações, eles têm quotas, é-lhes dada aquela cota, a partir daí não podem fazer mais. Mas será que o nosso hospital não tem outra capacidade de resposta? Claro que tem. Será que não podia ter outras



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especialidades? Claro que podia, articulados com o Serviço Nacional de Saúde, mas é-lhes dada essa hipótese de poderem mais além? Não, porque, entretanto, não há acordos para além daquilo que está. Mas que venham ao terreno e que venham ver, porque, se calhar, este hospital que está aqui entre Aveiro e Coimbra se desse outro tipo de respostas, inclusivamente aliviaria as urgências no Hospital de Coimbra e aliviaria as urgências no Hospital de Aveiro, por exemplo e facilitaria, nomeadamente, no acesso a algumas especialidades que neste momento estão sobrelotadas nalguns hospitais e, portanto, nesse sentido, olhe, nada mais tenho a acrescentar, mas eu é que estava à espera, sinceramente que vocês trouxessem algo mais, porque do que eu tenho partilhei com vocês e nada mais tenho a acrescentar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Engenheira a exemplo do que disse o Senhor Engenheiro Barbosa a Senhora consumiu cerca de quatro minutos e meio do tempo que foi dado pelo MIAP, cedido pelo MIAP e ao mesmo tempo também dar uma informação. A ULS da região de Aveiro e região é uma coisa muito abstrata, não tem nada a ver com o estreitamente de Aveiro, tanto é que uma das ULS é de Matosinhos, que não saiba não tem, não é região demarcada direi eu, a não ser do choco e de outras coisas, mas, pronto, se serve só para dizer que também há essa hipótese que não tem que ser necessariamente a região do Porto, nem nada. Matosinhos nem tem região sequer, porque não a pode ter. -----

----- Muito bem dou a palavra então à Senhora Presidente de Câmara, Lúcia de Jesus, faz favor, Presidente de Junta, por favor. Mas pronto, estamos, estamos em campanha, estamos em campanha, isto agora é que estamos em campanha, isto é assim. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Engenheira Teresa, Presidente da Câmara Municipal de Anadia e restantes membros, restantes Deputados, caros colegas da Junta de Freguesia, Senhores Presidentes de Junta, restantes Deputados, público em geral. -----

----- Volto aqui com um tema que já foi abordado a saúde, embora noutra âmbito noutra vertente, mais propriamente no que diz respeito a transporte dos utentes, de Avelãs de Caminho que tem que se deslocar, portanto, à Freguesia vizinha de Avelãs de Cima para as consultas. Este tema já foi abordado aqui numa assembleia anterior, que é a falta realmente de transporte para as pessoas mais carenciadas, portanto, que não tendo transporte próprio, algumas de bicicleta, são forçadas a chamar os respetivos táxis. Quando o táxi está presente em Avelãs de Caminho o valor a pagar não é assim tão elevado, mas, por norma por vezes acontece que os táxis não estão em Avelãs de Caminho e têm que ser táxis da praça de Anadia a fazerem o percurso e aí os valores já são bastante acentuados, falamos de valores entre vinte trinta euros no total. Para pessoas com uma reforma não sei de trezentos euros, faz toda a diferença e estes relatos continuam a chegar à Junta de Freguesia. Relatos nas primeiras pessoas, portanto, elas próprias chegam lá e questionam se não há nenhuma solução para isto. Portanto, da parte da Junta Freguesia é óbvio que não há, não temos carrinha de transporte,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não temos motorista, contudo, lembrei-me eu já falado também aqui é óbvio do Anadia SIM. O Anadia SIM por norma passa, tem os seus percursos definidos, passa em Avelãs de Caminho também a um determinado dia da semana, mas eu vejo por muitas vezes, às vezes cruço-me com Anadia SIM e vai vazio. Portanto, a pergunta e a questão é se não podemos arranjar aqui uma estratégia em conjunto com os utentes, em conjunto com o Centro de Saúde de Avelãs de Cima é óbvio que também teremos de ter a aqui informação deles em todo este processo, em conjunto com a Junta de Freguesia, se não haveria aqui uma forma de arranjar aqui uma solução para estas pessoas mais necessitadas. A Junta comprometia-se aqui a fazer este levantamento, porque julgo que as pessoas que não necessitam de transporte não estariam pendentes desse meio, desse apoio, mas aquelas que estariam mais necessitadas sim, como é que se poderia fazer, infelizmente, também não sei, mas acho que não é fácil, mas não é impossível e é de cariz urgente, porque as pessoas cada vez mais estão a chegar à Junta com esta informação. Eu andei, andei forma, não andei a pesquisar, mas tive alguma curiosidade de ver algumas alternativas e li num Concelho qualquer, num Concelho não sei agora precisar o nome, o ir e vir, que é basicamente o Anadia SIM, tem é uma outra vertente tem o transporte flexível que funciona basicamente como um táxi, tem um número oitocentos, qualquer coisa, qualquer coisa dez, vinte trinta tem um número, portanto, onde as pessoas ligam e supostamente é fornecido transporte para essa emergência. Não sei se isso é possível, portanto, é como eu digo é uma questão de se analisar, ponderar e é óbvio que cabe à Câmara Municipal de Anadia, em conjunto com a Junta também estudar essa situação e com o Centro de Saúde, porque tudo vamos supor que há aqui a hipótese nestas, eu não estou a falar em termos de pedir a medicação e levantar receitas não, são consultas mesmo periódicas ficam marcadas, por exemplo, de três em três meses e, por exemplo, vamos supor que há hipótese para esses doentes crónicos que têm essas consultas de três em três meses, marcar essas consultas todas para o mesmo dia, para a parte da manhã daquele dia, portanto, seria uma hipótese, mas isso lá está tem que haver uma colaboração do Centro de Saúde, do médico de família, das auxiliares da Saúde a todo esse processo, portanto, este era um ponto que gostaríamos de ver se poderíamos então falar, portanto, e de alguma forma atingir essas pessoas que não têm estes meios. -----

----- O segundo ponto trata-se do balcão do BUPI e queria congratular a Senhora Engenheira por esta iniciativa de colocar, portanto, digamos a unidade móvel em todas as Freguesias para facilitar também o registo das propriedades às pessoas que não têm como vir à Câmara Municipal de Anadia proceder ao mesmo. Acho que é uma mais-valia a favor da população. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Tem a palavra Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, só dizer Senhora Presidente que, na verdade, este foi também um assunto que foi abordado na reunião que tivemos na semana passada, porque, efetivamente, nos apercebemos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destas dificuldades de resposta e às vezes nas nossas cabeças parece que isto é tudo muito fácil de resolver e pensamos logo, porque é que não marcamos uma manhã só para as ou um dia só para as pessoas de Avelãs de Caminho? Não pode ser, porque depois há as vigilâncias e pronto, e não pode ser. Depois porque é que não marcamos então umas manhãs? Também não pode ser porque não sei e seria muito mais fácil até se o Município olhe até pudesse compensar nas deslocações dos médicos para fazer isso e ir aos locais e ficava mais fácil, mas não, não pode ser. Portanto, no imediato aquilo que nós nos apercebemos é que efetivamente as dificuldades continuam a existir e no caso em concreto de Avelãs de Caminho e, portanto, tive a oportunidade de falar com a Senhora vereadora, no sentido de fazer um levantamento das pessoas de situações económica mais frágil e tentarmos perceber de que forma nós poderíamos ajudar. O Anadia SIM tem um circuito, aliás está a terminar a sua adjudicação, estamos novamente a abrir o procedimento, mas, na verdade, também é um investimento que é feito, que é, de facto, também um investimento que é de apoio social, no fundo, gostaríamos que tivesse muito mais adesão do que a tem, mas também não é alternativa, porque só vai a cada Freguesia um dia e, portanto, se nesse dia não coincide com o dia de ir ao médico, não vai resolver problema nenhum e, portanto, temos que efetivamente a curto prazo trabalhar nesse levantamento das pessoas que tem maior fragilidade económica e percebermos de que forma, efetivamente, as podemos ajudar, porque no imediato, eu não vejo efetivamente outra alternativa se não mesmo essa não é. E, portanto, mas claro isto é algo que temos que pensar para o caso de Avelãs de Caminho, mas depois temos outras situações que vão acontecer e, portanto, isto acaba por ser um bocadinho extensivo a todo o Concelho, porque as pessoas têm cada vez mais idade, mais dificuldade de mobilidade, sem apoio de retaguarda, portanto, sem famílias, sem vizinhos e, portanto, com a necessidade de deslocação e, portanto, com os poucos recursos económicos que dispõe, obviamente que é sempre tudo muito mais complicado e pronto, e é algo que temos que equacionar. Olhe se fosse fácil pegávamos e dizemos ao médico olhe vá também na carrinha na UMA e hoje faz Avelãs de Caminho, mas depois não está ligada ao Serviço Nacional de Saúde. Também não pode. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Peço alguma capacidade de síntese, por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Terminei Senhor, podemos falar noutra momento então com mais detalhe. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, de vez em quando estas bocas surtem efeito. Dou a palavra o Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa e da Senhora Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes nesta assembleia, bem como os que nos acompanha via Internet. -----

----- No passado dia vinte e oito de janeiro deu-se início às comemorações do vigésimo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aniversário do Museu do Vinho da Bairrada com a inauguração de mais um ciclo de exposições temporárias. Estes ciclos têm sido tão frequentes que poderão passar despercebidos a muitas pessoas, especialmente a quem está menos atento às ações de índole cultural. A exposição temporária agora inaugurada é, na verdade, uma dupla exposição, uma versa a obra de José de Almeida, designado o poeta da Luz, falecido prematuramente em outubro passado e que era habitual colaborador do museu e tem nesta exposição uma justa homenagem da parte da Câmara Municipal e do Museu do Vinho Bairrada. A outra exposição designada artistas portugueses na tapeçaria de Portalegre, é sem dúvida uma oportunidade única de vermos grandes obras de artistas portugueses passadas a tapeçaria pelas manufaturas de tapeçarias de Portalegre. Obras de artistas como Almada Negreiros, Joana Vasconcelos, Júlio Pomar, Manuel Cargaleiro, Maria Keil, Nadir Afonso, Vieira da Silva, Vítor Pomar, Júlio Resende e tantos outros podem ser lá apreciadas. A exposição destas obras só foi possível com a colaboração de entidades como a já referida Tapeçarias de Portalegre, do Museu da Presidência da República, da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, da Fundação Nadir Afonso, bem como da Associação da Rota da Bairrada e da Comissão Vitivinícola da Bairrada. Também não podemos deixar de o realçar o trabalho desenvolvido, quer pelo Município camarário, quer pelo Senhor Doutor Pedro Dias, Diretor do Museu do Vinho Bairrada, que tem conseguido granjear o reconhecimento destas e de outras entidades que ao longo destes vinte anos tem permitido expor obras únicas, quanto possível com a presença dos autores. -----

----- Não posso terminar sem lançar um repto em jeito de pergunta aos Senhores Deputados da Assembleia presentes. Quantos nunca visitaram o Museu do Vinho Bairrada, quer as exposições temporárias, quer a exposição permanente? Não será naturalmente por falta de informação, pois são sempre bem divulgadas. -----

----- Não posso terminar sem alargar a pergunta anterior aos Senhores professores da Escola Básica e Secundária de Anadia, alguns aqui presentes, na escola há pelo menos três turmas do secundário de Artes Visuais. A visita ao museu e concretamente a esta exposição não seria uma aula viva e adequada aos alunos desta área? Deixo aqui a pergunta. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, fica aqui o repto. Darei a palavra agora ao Senhor Deputado Manuel Veiga, se faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima:** -----

----- Muito boa tarde a todos, os meus respeitosos cumprimentos em nome pessoal e em nome da Freguesia de Avelãs de Cima que aqui represento. -----

----- A minha intervenção vai no intuito mais de informação do que propriamente interrogar aqui a Senhora Presidente da Câmara. Queria informar devido ao lugar que ocupo na Associação Nacional de Freguesias para e uma vez que temos aqui esta possibilidade, dizer a toda a população que nos está a ver pelos meios audiovisuais e outros, que a adenda que foi feita uma nova adenda digamos ao protocolo com o fundo ambiental, quer da daquilo chamado projeto da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bilha, que é a botija de gás, digamos, este projeto teria, digamos, este subsídio que era dado às pessoas carenciadas, que terminou em dezembro, houve uma negociação entretanto com o fundo ambiental e foi feita uma nova adenda. Esta nova adenda contempla as pessoas da mesma que tenham direito a esse subsídio dos dez euros da botija do gás e não tem prazo. O único prazo que tem é quando chegar ao fim dos três milhões de euros este projeto acaba. Queria aqui sensibilizarem, de facto, isto já aqui ainda agora foi premente que era a deslocações. Os Senhores Presidentes de Junta que isto apesar de ser um projeto da ANAFRE, não tem que ser sócio da ANAFRE a Junta de Freguesia. Posso vos dizer que este subsídio é dado, é feito o protocolo, é dado e logo, quase de imediato, a Junta de Freguesia recebe esse dinheiro que adianta. Esta sensibilidade que eu estou aqui a pedir aos Senhores Presidentes de Junta é no sentido de que cada Junta de Freguesia, digamos, faça isto para evitar as deslocações dos seus cidadãos a outras Freguesias que possam aderir a este este programa, para, de certa forma, porque depois há as dificuldades dos transportes e assim isto não e só repetindo, é uma forma de ajudar as pessoas que têm a tarifa social e foi esta adenda que foi feita agora, tenho-a aqui presente comigo no dia um de Fevereiro deste ano. Era a informação que eu queria dar. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pela informação. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, boa tarde, cumprimento e os restantes que assistem a esta assembleia e antes que me esqueça, permita-me só dar um esclarecimento relativamente há oportunidade de os alunos poderem se deslocaram ao Museu do Vinho Bairrada, isso é uma questão que tem sido vindo a ser falada, digamos assim e digamos que é uma iniciativa pertinente e é um sentido de duas vias, porque a iniciativa tanto pode começar do Município, como começar da própria escola. A razão porque não foi intensificada realmente eu não lhe sei explicar, não sei se haverá aqui algum colega meu professor que esteja mais capacitado para poder responder a essa questão. -----

----- Relativamente à Unidade Local de Saúde a Senhor Presidente teve aqui a amabilidade de dar alguns esclarecimentos, relativamente a umas reuniões que teve e não deixa de gerar alguma apreensão e até desalento, se assim se pode dizer, quer com a questão do encaminhamento dos utentes no futuro para as unidades locais de saúde, mas mais recentemente não deixa de ser preocupante, essa é uma certa desilusão o facto de o médico que há muito era esperado para resolver problemas sentidos por alguma parte da população de Sangalhos, acabar por não aceitar o contrato. Sobre esta questão permita-me só questionar porque foi dito que chegou a ser colocado em cima da Mesa o encerramento mais polos e a Senhora Presidente disse e muito bem, que não adianta investir em requalificações das infraestruturas se depois, no fundo, depois não temos recursos humanos e outros. O que lhe perguntava era se nessas declarações que foram feitas, se por acaso foram nomeados alguns



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Centros de Saúde que estão a ser intervencionados ou que venham previstos serem intervencionados no nosso Concelho? -----

----- Relativamente à questão da superfície comercial que se está a instalar no nosso Concelho. Efetivamente não é de agora que nós temos esta preocupação quanto à localização de uma atividade económica deste género no Concelho, no perímetro urbano e, como aqui referiu, durante a primeira, a primeira alteração da primeira revisão do PDM, foi feita uma proposta no sentido de haver uma alteração até do regulamento, que depois a Câmara contrapôs com a alteração de, fazendo uma, digamos, que uma requalificação do solo, se assim se pode dizer, que passou de residencial para comercial, se não me engano, que era nos terrenos da antiga cerâmica. Sobre esta matéria pergunto-lhe apenas que a Senhora Presidente disse que já em tempos, desde dois mil e dezanove e não sei se terá sido antes, chamou os proprietários e se eles tinham delineado algum projeto? A questão que eu lhe coloco é um pouco o contrário, sabendo nós que aquele terreno até tem sido utilizado como apoio à Feira do Vinho e da Vinha já há largos anos. Perguntava-lhe se quando chamou os proprietários se tinha delineado algum projeto para ali, porque nós sabemos que realmente a expansão urbana, como disse e bem, muitas vezes não pode ser como quer, como deseja, face aos limites que são impostos. A segunda questão relativamente a esta matéria era se a empresa para ali vai, porque isto é uma questão de informação, às vezes esta falta de informação deturpam um pouco a perceção que a gente tem das coisas, porque a Senhora falou, por exemplo, que um dos empréstimos é uma via que passa ali e nós sempre pensámos, eu falo por mim, sempre julguei que essa via seria para servir o tal corredor verde que se está a programar para Anadia, que é o caso da requalificação do Monte Crasto e servir outras valências, como é o caso da Feira do Vinho. O que eu lhe perguntava era se a empresa em questão, no fundo, será a mesma atividade, e se estará a contar pôr os mesmos postos ou não ou se na questão do estudo prévio foram colocadas limitações nesse sentido, ou seja, a questão do posto de combustível, o posto de lavagens auto que estavam previstas no outro pedido de dois mil e dezanove. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu começo só fazer aqui uma intervenção pela intervenção do Deputado Dino Rasga, quando lançou este desafio ao Agrupamento de Escolas de Anadia para visitar o Museu, obviamente o Agrupamento de Escolas que é o seu todo, todas as escolas do Concelho e, na verdade, nós costumamos sempre dizer porque é que vão para fora, visitem primeiro aquilo que nós temos cá dentro, mas também dizer que e isso honras lhe sejam feitas, nomeadamente, o Agrupamento de Escolas de Anadia e a escola mãe têm boas turmas de Artes Visuais, como disse e excelentes trabalhos a expor e, portanto, até eram dignos, obviamente, de o nosso público, na generalidade, poder apreciar aquelas boas obras de arte que eles lá tem, efetivamente, e espalhadas um pouco por todo o edifício. -----

----- Senhor Deputado sobre a questão da Unidade Local de Saúde e respondendo ao Deputado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rui Bastos, eu não me vou estender mais sobre esta questão, porque depois há aqui algumas deturpações, porque falou na Unidade Local de Saúde e as reuniões que eu tive, eu não tive propriamente a reunião sobre a Unidade Local de Saúde com Secretário Executivo, portanto, e que nós tivemos com o Secretário Executivo foram comunicações, tentei foi para responder e para reclamar para o Concelho reunir, obviamente, com a administração do hospital e perceber, obviamente, aquilo que se podia acrescentar no que respeita aos cuidados de saúde primários e, portanto, nesse sentido não vou estar a acrescentar mais. Quando refere sobre os Centros de Saúde a serem intervencionados, bom, quer dizer, eu não sei o que é que pensa sobre esta matéria, mas assim quem decidiu intervir no Centro de Saúde de Anadia foi a Câmara Municipal a suas próprias expensas e, portanto, aquilo que tivemos que fazer foi pedir autorização à ARS para termos legitimidade para fazer a intervenção naquele edifício. e, portanto, a ARS celebrou connosco um protocolo, dando legitimidade ao Município de Anadia fazer uma empreitada para a requalificação do edifício. -----

----- Mas já agora só um aparte, Senhor Presidente da Assembleia já agora desculpe, mas eu vou ter que dizer isto, fizemos uma candidatura ao centro vinte vinte, estava tudo bem, entretanto, não há dinheiro, chegando ao final do ano e a obra a decorrer, que até teve alguns atrasos como sabe porque, entretanto, mudamos os serviços de saúde para outra instalação a expensas do Município, e apesar de não termos delegação de competências, quem está neste momento a assumir os custos de energia é o Município de Anadia. Os custos com energia, os custos com água, os com a viatura que se desloca e, portanto, tem um cartão, tem combustível e, portanto, só no fundo já estamos a trabalhar na descentralização sem termos essa competência delegada, de certa maneira. Mas dizer que chegando ao final do ano aquilo que nos disseram é agora vão desistir dessa candidatura e vão fazer uma candidatura ao PRR, que agora há muito dinheiro e, portanto, vai já para o PRR, toca de fazer candidatura ao PRR e fizemos a candidatura ao PRR conforme a saúde também determinou, três candidaturas ao PRR. Uma para o Centro de Saúde de Anadia, depois acharam que se calhar também era bom meter lá qualquer coisinha, um pozinho para a extensão de saúde de São Lourenço para meter lá uma climatização e o mesmo para Vilarinho do Bairro, cujo edifício nem é nosso nem é da Junta, como sabem é da Casa do Povo. Em todos eles a ARS teve que legitimar a intervenção para fazer as candidaturas, mas aquilo que estava tudo bem e viabilizado na primeira candidatura, quando foi para o PRR grande complicação, é que entretanto mudou a lei e agora já são precisos outros certificados energéticos, ir ao encontro, enfim, da anterior legislação, mas tinha que se adaptar agora à nova legislação e por aí fora. Isto é um rol de complicações e há tanto dinheiro a rodar. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima folgo em saber que essa transferência, essa devolução de dinheiro, agora está a ser tão rápida, deve ser dinheiro do PRR que nós desconhecemos, porque para o Centro de Saúde de Anadia, na verdade, até agora veio zero, zero, mais ainda, a candidatura ao PRR em concreto, não tem, neste momento, ainda contrato assinado de financiamento, inadmissível. Portanto, tudo o que está a ser feito é à custa do orçamento Municipal. Estamos com o projeto do Centro de Saúde



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Sangalhos que nem sequer está contemplado no PRR, que porventura irá ao próximo quadro comunitário, mas também com os certificados energéticos todos e mais algum, porque agora tudo o que não tivesse certificados energéticos e não atingir aquele índice, nem que se tenha que gastar mais dinheiro, pese embora o município não tenha nem seja financiado, mas tem que ir trabalhando no sentido de poder vir a alcançar aqueles índices e quiçá, enfim, algum dia lá resolvam aprovar a candidatura e o Município seja ressarcido. Pronto e é nisto que estamos e, portanto, para dizer quem determina, digamos, as prioridades dos investimentos, acabamos por ser nós em função da disponibilidade financeira que temos, porque, de resto, não se vislumbra neste momento ainda nenhum apoio na esperança que, efetivamente, se honrem os compromissos que era financiar o Centro de Saúde de Anadia e depois as outras, os outros investimentos e depois a seguir o Centro de Sangalhos e depois a extensão de saúde de São Lourenço, para a qual pedimos um projeto de adaptação funcional, mas cuja organização funcional ainda não nos foi disponibilizada e, portanto, ainda não conseguimos avançar com isso, mas pronto, sobre isto e sobre a saúde é neste ponto em que estamos. -----

----- Depois sobre a questão das superfícies comerciais, só dizer que aquilo que está licenciado são as duas edificações, Intermarché e Bricomarché e, portanto, é aquilo que está e penso que não cabe mais nada no terreno, porque é preciso dar cumprimento àquilo que está estabelecido em termos PDM, que são os lugares de estacionamento e por aí fora, portanto, ali neste momento, não cabe mais outra infraestrutura para além daquelas que estão licenciadas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Faz favor Senhor Deputado, qual é o que falta responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Mas eu já expliquei tudo, não posso explicar mais. Se eu os chamei cá e lhes disse, vocês têm esta potencialidade, conseguem construir em altura, se até lhes desenhámos manchas de implantação, para perceberem o índice de construção que tinham e nomeadamente, a estes também sobre o qual andamos a tentar fazer um acerto da via a mesma coisa. Agora nós não fazemos os projetos para eles, okay? Não lhe posso adiantar mais nada senão isto, foi aquilo que fizemos e, portanto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok. Senhora Presidente muito obrigado dou a palavra o Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, todos os presentes, comunicação social e quem nos ouve através da Internet. -----

----- Eu não pensava intervir nesta parte da Assembleia, porque entendia que quem é eleito para governar deve governar, aliás, este é o princípio defendido no país, portanto, embora tenhamos algumas surpresas desagradáveis. Eu aqui não estava a pensar intervir e a Senhora Presidente com o seu esclarecimento, lançou-me algumas dúvidas no meu espírito. Tanto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quanto eu sei nós aprovámos aqui em assembleia a edificação dum supermercado logo a seguir às Caves da Montanha. Posteriormente, foi pedido aqui o interesse Municipal para algumas coisas que foram edificadas e, entretanto, realizados em Anadia e não foi para esta superfície, porque eu penso que pressupus, logicamente, que estaria tudo correto. Eu sei que a venda daqueles terrenos se processaram talvez entre a altura que falou com os proprietários que, se calhar, já não seriam proprietários na altura. Entre dezanove e vinte aquilo que foi vendido. Eu já sabia que aquilo tinha sido vendido nessa altura. E depois há aqui alguma coisa que me deixou surpreendido. Nós fizemos naquele pedido de empréstimo que a Câmara fez era precisamente para a renovação e requalificação daquela rua e tanto quanto eu agora pude ouvir da sua boca, essa requalificação ainda não está definida, o que é estranho, como é que se vai pedir um empréstimo e calcular o montante para executar uma requalificação e agora, de repente, essa requalificação não estava programada, o que é ainda mais como é que se vai fazer um empréstimo a fazer uma obra num setor em que os clientes neste caso, os fregueses não tem interesse em desenvolver aquilo e depois, de repente, aparece a superfície comercial, fiquei surpreendido. E há uma coisa que eu gostava de perguntar é se por acaso, não há mais nenhuma superfície ou outro género de coisas que se prepare para se instalar ali e que que a Câmara tenha conhecimento? Depois, a outra pergunta vem numa inconfidente, vamos dizer assim da CIRA, que foi afirmado que havia um determinado montante, uma verba que eu não vou aqui dizer, para a ser aplicada do PRR, tanto quanto percebi, em cada distrito, vamos chamar-lhe assim ou pelo menos dentro do período da CIRA e que cada um dos Municípios teria na altura que definir e seria debatido dentro dessa verba que estaria disponível, qual seria as obras, aquilo que seria pertinente que se fizesse, porque isso dependia dos Municípios e já não dependia do Governo central. E a minha pergunta é se já tem definido alguma opção daquilo que considera que é imprescindível, no caso nós conseguirmos ir buscar a essa verba, que aí já não dependemos do poder central, mas já perdemos um bocadinho da CIRA, qual é aquilo que acha que é imprescindível e qual é a capacidade que acha que Anadia tem, para conseguir concretizar alguma das obras, essas que considera extremamente necessárias. Era só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer elucidar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu posso elucidar, pronto, é esquecer aquilo que se passou lá para cima e primeiro a Assembleia Municipal não aprovou aqui nenhuma superfície comercial, aquilo que depois veio à Assembleia foi a alteração em termos de regulamento, que vinha supostamente permitir a instalação lá de uma bomba, de um posto de lavagem de automóveis. Pronto, não houve mais nada além dessa situação e, portanto, neste momento, digamos que essa proposta está moribunda, portanto, nós não temos nada neste momento aqui, nem previsto, nem contactos feitos, nem licenciado, nem pouco mais ou menos, com grande pena até de, portanto, para quem vendeu o terreno, porque até gostava que quem se viesse ali instalar fizesse logo a estrada de acesso e que seria uma vantagem para a construção que também andam agora lá



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer e, portanto, andaram em tribunal, discutiram isso, depois queriam que o Município também fosse para tribunal, pronto, essas coisas de trapalhada, mas não existe neste momento nada para essa situação, portanto, no Município nem abordagem nestes últimos tempos, nem pouco mais ou menos. -----

----- Sobre a questão da estrada volto a dizer, a estrada o projeto está feito, está desenhado, a única coisa que nós neste momento e, portanto, aquilo que é, que limita com a propriedade hoje dos novos proprietários para a construção do Intermarché está definido. Era como vocês sabem chega lá abaixo e tem uma curva apertada e, portanto, é essa curva que nós queríamos minimizar, mas cheguemo-nos para a esquerda ou não, vamos bater sempre no mesmo proprietário, portanto, o que formos buscar à esquerda a um proprietário, cedemos à direita ao mesmo proprietário, ponto final. E era isso que nós gostávamos que houvesse essa correção em termos de curva, porque até em termos de cotas altimétricas, elas estão definidas, estão definidas as infraestruturas, portanto, é mais uma questão de correção de traçado, sobretudo por causa daquela curva apertada que está, porque onde vai embocar está perfeitamente definida e, portanto, é só essa alteração. De qualquer maneira Senhor Deputado, é evidente que a indicação que demos para o empréstimo, nós demos verbas para o empréstimo, estimativas daquilo que eram os projetos. Dizer que nós nas zonas industriais também lá estavam por determinados valores. Foram a concurso, estão as duas adjudicadas e neste momento temos menos um milhão de euros, apesar dos seis milhões que vão custar, mas temos menos um milhão de euros a menos em termos de investimento, porque elas foram adjudicadas por um valor inferior àquilo que eram os valores do projeto. Ainda bem, pelo menos, porque o empréstimo também eram só cinco milhões para tudo, portanto, também não chegaria. Mas pronto, esses investimentos também ninguém nos impede de vir a colocá-los em candidaturas no futuro, a um próximo quadro comunitário de apoio. -----

----- Eu percebi a curiosidade em termos do PRR, nós não vamos, Municípios, governar nenhum PRR, nós não gerimos PRR, nós Comunidade Intermunicipal, aquilo que vai ser contratualizado com as Comunidades Intermunicipais são os programas operacionais em que, no fundo, tem que haver uma estratégia conjunta, uma definição conjunta das várias linhas de atuação e, portanto, haverá uma distribuição do dinheiro dos fundos comunitários, do tal vinte trinta, para as diversas Comunidades Intermunicipais. E se no passado haviam um determinado bolito este ano ou agora vai haver um bolo um bocadinho maior, fictício, fictício. Sabe porquê? Porque os outros programas todos desapareceram e então encaixaram tudo no mesmo programa, portanto, aquilo que parece muito mais, não é nada. Acabamos por ter o mesmo ou menos ainda, porque, na verdade, se nós e nós e digo por Anadia, formos buscar, acabamos por ir buscar mais dinheiro fora daquilo que estava contratualizado no âmbito do pacto com a CIRA, neste último quadro comunitário de apoio, portanto, no fundo, tivemos outros ganhos indo a outras medidas, do que propriamente àquilo que foi contratualizado com a Comunidade Intermunicipal. O próximo quadro comunitário, azar é que tudo lá vai parar e, portanto, deixa de haver o POSEUR, por exemplo, para o ciclo urbano da água, o ciclo urbano da água vai



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrar nos programas operacionais, deixa de haver POSEUR para os bombeiros, os bombeiros também agora vão ter que ir àquele bolo, os equipamentos sociais e por aí fora, portanto, ouça há menos? Não há dúvida nenhuma, porque eles só estão a contabilizar aquilo que os Municípios tiveram no passado, mas não estão a contabilizar tudo aquilo que todos usufruíram de todas as medidas e de todas as outras linhas de comparticipação. Eu diria que um bocadinho para satisfazer a vossa curiosidade nesta matéria. Curiosidade e interesse e participação ativa e cívica, à semelhança daquilo que foi feito no passado, na mudança do QREN para este quadro comunitário vinte trinta, nós iremos ter no final do mês de março, vai haver um périplo pelos Municípios no sentido de fazer aqui um ponto de situação sobre aquilo que foram os fundos comunitários atribuídos à região e ao Concelho, aquilo que será o próximo quadro comunitário de apoio, sem ainda estar fechado qual é o valor que vai ser atribuído à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Há um valor indicativo que a própria CCDR já o manifestou, mas obviamente que, enfim, até ao final e estarem os pactos assinados, porque tem que haver também essa estratégia aprovada. A Comunidade, enfim, está a fazer o seu papel no sentido de poder ir buscar mais algum dinheiro para gerir no âmbito da Comunidade Intermunicipal e, portanto, que permita dar outro tipo de respostas, portanto, final do próximo mês de março, em princípio, os Senhores Deputados serão, obviamente, convidados para estar presentes numa dessa sessão e, portanto, tomarem conhecimento daquilo que foi feito, daquilo que o Município, enfim, teve oportunidade de ter em termos de comparticipação, aquilo que não foi buscar e porquê e, obviamente, as medidas que estão orientadas para o próximo quadro comunitário de apoio, para as quais nós vamos ter que apresentar algumas propostas, muito em breve para poder ir cozinhando, obviamente, aquilo que pode ir encaixando e pode ser distribuído nas diversas gavetas que existem, mas que, no fundo, estão só dentro de um armário com muitas gavetas, basicamente, o armário é aquele mesmo e só depois perceber onde é que encaixam. --

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra à Senhora Deputada Ana Cristina faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**

----- Boa tarde a todos. Cumprimento a Assembleia, na presença, na pessoa do seu Presidente.

----- Ora bem, a minha intervenção vem aqui na sequência da intervenção do meu colega ou ex-colega Dino Rasga. Eu não sei ele já está um bocadinho afastado destas andanças e quando ele diz que o Agrupamento não vai ao Museu do Vinho, eu posso dizer que isto é mentira. Todos os anos eu vou com as minhas turmas ao Museu do Vinho. Porquê? Por duas fações, primeiros os encarregados de educação não levam os alunos a lado nenhum, os seus educandos não vão, e se não somos nós professores a levá-los, muito menos eles conhecem, seja o que quer que seja dentro ou fora. Para já quem tem dentro e tem qualidade, porque nós temos aqui dois grandes museus e temos o Museu do Vinho e também temos em Sangalhos o Underground, o Museu da Aliança. Se os alunos não conhecerem pelo menos estes dois, não é? Ah, mas eu vou só estes dois, porque é no âmbito da minha disciplina. Bom, outros vão aos outros lados, eu



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vou a este e falo porque eu vou, portanto eu acompanho todos os anos os meus alunos pelo menos a estes dois museus, ao do vinho muito mais porquê? Não preciso de pedir transporte, isto agora é uma crítica, porque ainda nesta semana eu quis ir a outro lado e não pude, porque eu não tinha autocarro, não é? Não, não precisando de transporte e sendo gratuito para os nossos alunos, é evidente que nós vamos. Ora, eu tendo agora conhecimento que também que há uma exposição de tapeçaria, não tenham dúvida nenhuma que eu irei com os alunos ver essa exposição, porquê? Porque o Agrupamento tem agora também um clube em que os alunos que não têm aulas, ocupam esses tempos livres com alguns professores a ensinar trabalhos desse género. Portanto, tem toda a importância e toda a relevância levar nem que seja só esses alunos a ver essa exposição. Portanto, o Agrupamento visita o museu, vai ao museu. Eu vou todos os anos a esse museu. Quanto às artes e à parte artística. Ora bem, há muitos anos que eu oiço falar que os trabalhos dos nossos alunos de Artes têm que ser expostos no museu e se vocês soubessem o que está para sair este ano mais queriam. Agora eu pergunto é porque é que ainda não foram? Não sei, portanto, se calhar seria altura agora ideal para começar a arranjar uma exposição temporária também para os nossos alunos de Artes exporem, porque realmente o que está para sair este ano é trabalho de muito boa qualidade. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não sei se a Senhora Engenheira quer tecer algum comentário. De qualquer das maneiras ficamos que o seu testemunho. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só duas notas, quando referiu não ter transporte em jeito crítica, não sei se a crítica é para o Município de Anadia, mas dizer que o autocarro do Município anda sempre disponível para o Agrupamento e a transportar alunos de Vilarinho para Anadia e de Anadia para o desporto escolar e, portanto, durante a semana e ao fim de semana. Azar o seu que não pode vir nesse dia, com certeza. Pois é, mas ouça há mais autocarros, nem a Transdev está a alugar quanto mais e os preços pela hora da morte. Okay e depois só dizer que relativamente àquilo que referiu, essa pergunta tem que a colocar internamente dentro do Agrupamento de escolas que, com certeza, terá lá a resposta, de certeza absoluta, porque eu própria já a coloquei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, que penso que é para direito de resposta? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu só queria esclarecer que a minha colega Ana Cristina, que a minha intervenção pretendia chamar a atenção da excelente ou das excelentes exposições que estão presentes neste momento, que se enquadram mais, penso que a cultura enquadra-se em toda a gente, mas em termos de alunos, especificamente, nas artes visuais. Pronto, eu por acaso, só por acaso, também tive alunos dessa área e, portanto, acho que aplica-se têm uma disciplina de desenho onde andam a ir buscar obras de grandes pintores e de grandes artistas portugueses e não só, se calhar não só mais e, portanto, esta exposição



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadra-se exatamente mais direcionada às artes visuais, daí que seria um alerta para que os diretores de turma e os professores de desenho, por exemplo, estivessem atentos à coisa. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok. Acho que percebemos as intenções, percebemos também as preocupações e constatámos algumas realidades, muito bem, muito obrigado. Não havendo mais inscritos para este ponto do período de antes da ordem do dia, que é o ponto número dois, entramos no **Período da Ordem do Dia** e peço desde já à Senhora Presidente tome a palavra, no sentido de tecer alguma informação que considere pertinente, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que os mais relevantes foi tudo apresentado no documento que foi remetido aos Senhores vereadores, Deputados, porque qualquer dúvida, portanto, estarei disponível para o devido esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado pelo que, desde já, abro ao plenário qualquer intervenção que sintam necessário faz favor. Há uma intervenção, para já, o Senhor Deputado Rui Bastos e é ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, tentarei ser rápido. Ora bem relativamente á informação da atividade da Câmara no período em que entre estas duas sessões, a de hoje e a anterior, pode-se constatar que são apresentados alguns procedimentos concursais, no fundo, de obras que já vinham elencadas no orçamento que aprovámos há pouco tempo, caso do SLAT, do CROAC, a expansão, as zonas industriais, a Estratégia Local de Habitação. Não vi lá a requalificação ou a intervenção que está a ser prevista fazer no Museu do Vinho Bairrada, uma vez que estávamos com este tempo e o que eu lhe perguntava é se que tipo de intervenção, no fundo, que valores estamos aqui a falar e se está já previsto o seu início? Depois perguntar-lhe sobre o controlo analítico bacteriológico da rede que está a ser feito, se, entretanto, face aqueles problemas que já são do conhecimento público e que já aqui foi abordado, se este foi, está a ser reforçado? Por último, por último não, depois relativamente à aquisição de diversos bens, que isto é transmitido pela educação de diversos bens e na monitorização dos procedimentos em curso, designadamente as refeições, as AECS e os transportes especiais. Ora, esta motorização tem detetado algumas dificuldades e alguns constrangimentos que careçam de uma intervenção da vossa parte? E por fim, relativamente a uma comunicação que até vem no desporto, diz respeito ao projeto de regulamento interno de funcionamento das férias desportivas e culturais do Município de Anadia. Não é de agora e até em diversas participações no Conselho Municipal da Juventude que tenho alertado para que este projeto realmente seja um projeto não direi transversal, porque, no fundo, nenhuma criança está impedida de o frequentar, mas que contribua de certa maneira para diminuir as desigualdades que existem no Concelho e que são do conhecimento, certamente, de quem prime pela atuação na ação social. O que lhe perguntava é se realmente essa atenção foi tida e mais neste contexto, como sabe muito bem,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em que as famílias têm-se vindo com outras dificuldades, por causa da questão da inflação, do aumento de preços? É só obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Pretende tecer algum comentário Senhora Presidente ou aguarda as outras intervenções? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pode passar a outra intervenção que eu depois respondo a tudo junto, se calhar é melhor.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos ouve online. -----

----- Senhora Presidente eu tenho duas questões simples para colocar, uma independente da outra. -----

----- Senhora Presidente, primeiro, verifico pelo relatório que o programa Anadia Maior, participado pelos fundos europeus, tem data de conclusão em junho de dois mil e vinte e três. A Câmara Municipal pensa recorrer de novo aos fundos comunitários para manter o programa ou deixa-o cair? Isto está, data de início um do seis de dois mil, dois mil e vinte, fim, trinta do seis de dois mil e vinte e três. A segunda situação que abordo é simplesmente, é simples. Tomei conhecimento das cartas que enviou ao Diretor Executivo, Serviço Nacional de Saúde e tenho que manifestar que fiquei agradado pela forma como defende o regresso do Hospital Luciano de Castro ao Serviço Nacional de Saúde e da Saúde do Concelho. Se me permite também recomendar, no entanto, à Senhora Presidente, que entendo que quando da visita do Senhor Diretor Executivo, seja também incisiva no pedido de abertura da extensão de Avelãs e Tamengos, como na indicação que os cuidados de saúde da população do Concelho de Anadia devem ser no Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra e não Aveiro ou outro. Sei que não será precisão sua, mas eu e o Partido Socialista estamos a seu dispor para ajudar naquilo que entenda por conveniente. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Francisco Casimiro, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Francisco Casimiro, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, na pessoa do Senhor saúdo todos os presentes e os que nos ouvem por acesso remoto. -----

----- Senhora Presidente ao analisar a sua informação notei dois pontos para os quais solicito o seu esclarecimento, nomeadamente, no capítulo três cinco da Juventude, preparação de atividades no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude dois mil e vinte e três. Aquilo que eu pergunto é quais as atividades e com que entidades, se são Escuteiros, se são as IPSS ou outras? A outra questão é no capítulo três seis desporto, informa a implementação no Parque



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Urbano de Anadia de um novo sistema de gestão de instalações desportivas. Eu pergunto que tipo de gestão e de que difere da atual? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, darei adora sim a palavra à Senhora Presidente, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ora então começando pelo Senhor Deputado Rui Bastos, dizer-lhe que efetivamente hoje são vinte e três de Fevereiro do ano dois mil e vinte e três e, na verdade, todos estes procedimentos estão em curso, já estão abertas as propostas, um já em fase de assinatura do contrato, outros foram adjudicados hoje e outros em análise para adjudicação. Portanto, hoje, segundo mês deste ano de dois mil e vinte e três. Admira-me a sua preocupação com outros investimentos, não sei ainda bem qual o montante a dispor no Museu do Vinho, mas admiro a sua preocupação, porque para quem votou contra o orçamento, depois tem preocupação com os investimentos que a Câmara tem ou deve fazer. Mas dizer-lhe que, neste momento, ainda não tenho o levantamento exato, porque na realidade é muito dinheiro a despender e, na verdade, não havendo financiamento ou quiçá possa vir a haver financiamento só no âmbito do vinte e se estamos à espera disso tudo será muito mais complicado e, portanto, faremos intervenções faseadas e como aqui foi dito, este ano comemoramos os vinte anos, vinte anos para recordar todos os autores e todos os artistas que efetivamente passaram pelo Museu do Vinho, mas, na verdade, também aquele edifício carece de manutenção, manutenção exterior, manutenção interior, climatização e por aí fora e eficiência energética. Tudo isto soma um montante elevadíssimo, ultrapassando, enfim, mais de um milhão de euros e, na verdade, nós temos que tomar ou fazer aqui opções faseadas em termos de intervenção, por forma a irmos gradualmente melhorando e requalificando este mesmo edifício. -----

----- Sobre o controlo bacteriológico, obviamente, que isso faz parte do plano de controlo da qualidade da água e, portanto, essas análises são feitas sistematicamente, comunicadas à ERSAR e não vou estar outra vez aqui a repetir tudo e mais alguma coisa, porque já sabem que a ERSAR é a entidade que nos tutela e, portanto, nos controla sistematicamente, não estando permanentemente cá, mas através das plataformas e dos dados que temos que permanentemente disponibilizar. Claro que não será propriamente este período mais complicado, será sim em períodos de seca e quando se chegar ao Verão obviamente que teremos que ter cuidados mais reforçados e todos sabemos porquê. -----

----- Quanto à monitorização dos vários serviços nas escolas AECS, refeições, mais todo o processo de aquisição de expedientes e limpezas, diria que talvez aquele que, neste momento, nos levantou mais alguma preocupação terá sido as AECS, mas tivemos a possibilidade de, aliás, a Senhora vereadora que reuniu com a empresa, porque de vez quando pode haver aqui alguns facilitismos e, obviamente, que temos que estar atentos na colocação dos professores, nos professores que são substituídos, no material que é utilizado e por aí fora. Mas pronto está a ser feito esse controle e essa monitorização local, mas também em articulação com a entidade



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestadora de serviços. Com as refeições, enfim, levantadas sempre algumas questões, mas afinal de contas constata-se que, no dia a dia, enfim, o serviço de refeições até está garantido e com a qualidade e quantidade que cumpre os requisitos que estão definidos em termos de cadernos de encargos, mas, quiçá algum dia, como em nossas casas, às vezes qualquer condimento pode falhar ou alterar, enfim, a própria qualidade de da refeição. Nos processos de expediente e limpeza. Estamos a trabalhar nestes processos de expediente e limpeza, do economato, algo complexo, porque tínhamos as contas daquilo que era gasto no passado e quando perguntamos quais são as necessidades, pasme-se que andamos aqui a triplicar valores e obviamente que, enfim, lá por ser a Câmara a pagar, não temos que ter tudo a duplicar e a triplicar e quantidades, enfim, e até marcas e por aí fora. E, portanto, fazendo esta gestão indo ao encontro, enfim, dos valores sem exceder significativamente aquilo que era gasto no passado, embora já estamos a também a duplicar, seja no expediente, seja na parte dos produtos de limpeza, seja na parte das necessidades de expediente, portanto, de materiais como papel, como as canetas e por aí fora e todo o material a ser utilizado nas diversas escolas e ainda o economato. -----

----- Sobre o regulamento de férias desportivas e culturais do Município de Anadia, digamos que nem sequer havia necessidade de haver um regulamento, nós tivemos que criar este regulamento ou estamos a criar este regulamento pela simples razão que, de acordo com a lei, estávamos limitados e com alguns constrangimentos, porque o Município de Anadia, no fundo, estava vedado a desenvolver as férias desportivas tal como as vinha fazendo e, portanto, só podíamos ter um determinado horário, que era limitativo, quatro dias por semana, X horas e, portanto, só da parte da manhã. Agora isto não serve, obviamente, os interesses dos encarregados de educação. Portanto, digamos que as normas que tínhamos tiveram que ser transformadas em regulamento, para estarmos dentro da legalidade e podermos desenvolver um programa de férias desportivas e culturais com um horário que vá de encontro às necessidades dos encarregados de educação. Quanto à questão dos valores a pagar, isso depois é um preço, é definido em reunião de Câmara e, portanto, outras necessidades são avaliadas, mas, no fundo, para não criar falsas expectativas este regulamento é um bocadinho isto, mas que há de vir depois também há Assembleia Municipal. -----

----- Senhor Engenheiro Marcelino Rasga falou no projeto Anadia Maior, o projeto Anadia Maior não é da responsabilidade da Câmara Municipal. O projeto Anadia Maior foi desenvolvido pela Misericórdia de Anadia ou pela Santa Casa de Anadia e, portanto, está a entrar numa fase de conclusão, à semelhança daquilo que foi no passado o programa Escolhas, em que terminou o financiamento, terminou o programa. E, na verdade e em relação a esse programa que era dirigido aos mais jovens, o Município de Anadia, enfim, não se podia candidatar, não tinha acesso a esses fundos, portanto, aquilo que tentámos foi pelo menos criar um projeto e um programa que permitisse acolher um grupo de crianças de estratos sociais desfavorecidos, mas também de famílias que são destruídas. Esse projeto ainda permanece na responsabilidade do Município de Anadia, que vai acompanhando ao longo do ano, também com muito apoio do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voluntariado, com apoio nas férias desportivas, enfim, criando programas para que as crianças ao longo de todo o ano estejam acompanhadas. E, portanto, até com resultados mais satisfatórios em termos daquilo que é o seu, como é que hei de dizer, a sua, no fundo, no final do ano letivo a sua classificação, no fundo, ou seja, conseguem ter melhores resultados, por este acompanhamento que efetivamente têm tido. E, portanto, no projeto de Anadia Maior, como disse, é um projeto que foi desenvolvido pela Santa Casa, participado. Aquilo que neste momento nos foi solicitado e por parte da Santa Casa é uma reunião para nos exporem, provavelmente, aquilo que é a preocupação do grupo, da estrutura, que foi criada para o desenvolvimento deste projeto e, portanto, deduzo que há de ser algo de semelhante àquilo que aconteceu no passado, em que há uma estrutura que foi criada, mas quem a pagava eram os fundos comunitários e, portanto, terminando esse financiamento, obviamente, que esta estrutura técnica deixa de ter participação e também, na verdade, perante todo o trabalho que eles fazem, efetivamente, e que vão a algumas Juntas de Freguesia e todo o trabalho que tem feito com os idosos, obviamente, que merece ser acarinhado. Agora teremos que conversar. Agora não teremos provavelmente capacidade para desenvolver o projeto nos mesmos termos, que provavelmente eles vinham desenvolvendo, com a mesma equipa técnica e com a mesma estrutura. Isso não sabemos, terá que ser avaliado e eu já estou a antecipar isto um bocadinho por aquilo que aconteceu no passado com o programa Escolhas, em que iam buscar as crianças de manhã a casa, iam levá-las à noite, enfim, tinham um acompanhamento completamente diferente e, obviamente, o Município não tinha essa capacidade e também a responsabilidade que era passada, obviamente, também era complexo, porque uma coisa é as crianças estarem a coberto do seguro escolar em determinadas áreas, outra coisa é depois toda a outra problemática. Sim, pronto e este projeto surgiu no âmbito do dito contrato de desenvolvimento local que foi desenhado e que teve, obviamente, a anuência, em termos de validação e apoio, obviamente, por parte do Município de Anadia, que como entidade parceira, no fundo, subscrevemos o compromisso de, obviamente, apoiarmos naquilo que fosse possível para que este projeto fosse desenvolvido, mas pronto como este e outros projetos existirão por aí um pouco por todo o Concelho, mas, na verdade, quando acaba o financiamento e acabam os fundos, depois ficam estes projetos pendurados e, na verdade, a expectativa que se cria é muita e o acompanhamento que é dado é excelente e, portanto, teremos que avaliar, obviamente, aquilo que nos vai ser proposto e depois tomar a devida decisão, que nós, obviamente, o Município de Anadia, continuamos a desenvolver as nossas atividades com os mais idosos e, portanto, as atividades que vão acontecendo e articuladas com as diversas instituições, no dia a dia, vão continuando, portanto, seja o leituras sem a idade, seja o movimentos sénior é vida, portanto, enfim, uma série de projetos que nós temos disponíveis, mas articulado com as instituições, que ou nós vamos lá ou as instituições trazem os seus idosos, portanto, aqui é algo que temos que avaliar. -----

----- Sobre as cartas enviadas ao Diretor Executivo, não me vou alongar mais sobre isto, já foi tudo dito e recorro uma vez mais, que os serviços de saúde, infelizmente, em Anadia sempre



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram encerrados, enfim, nos governos do Partido Socialista e, portanto, quando é preciso apertar o cinto, apertamos e cortamos na saúde o que, de facto, nos deixa um bocadinho angustiados e expectantes sobre aquilo que virá a acontecer no futuro. -----

----- Sobre o Deputado Francisco Casimiro, Jornadas Mundiais da Juventude. Este é um processo que está a ser trabalhado com os diversos coordenadores, nas diversas Freguesias e com um coordenador-geral ao nível do Município, depois com um coordenador ao nível da diocese e pronto, e está a ser, obviamente, acompanhado e articulado e disponibilizando-nos nós para tentar darmos o apoio possível, obviamente, que recentemente quicá na semana passada, ainda hoje estivemos a falar sobre isso, mais um documento que nos chega de algumas atividades, da chegada dos símbolos já no próximo dia dezoito de março e, portanto, de dezoito a vinte e um temos algumas atividades para receber os símbolos, mais encontros, etcetera. Depois todo o trabalho está a ser feito pelos coordenadores com as famílias de acolhimento e já registamos, efetivamente, com agrado um grande número de jovens inscritos e, portanto, isso quer dizer que há famílias também disponíveis para os receber e, portanto, as maiores atividades irão acontecer já no mês de agosto, enfim, do final de julho a agosto. Portanto, e estamos a aguardar um bocadinho mais de informação, que, aliás, nós tivemos que tomar a dianteira, nomeadamente, junto da diocese, porque andávamos todos um bocadinho às aranhas, nós e os Senhores Presidentes de Junta, que não tinham sido interpelados para nada, portanto, ninguém tinha feito esta abordagem e, portanto, despoletámos efetivamente esta aproximação e, portanto, e depois também os coordenadores terem chegado, não sei se a todos ou não, mas de uma maneira geral, está a ser feito esse trabalho. -----

----- Sobre o novo sistema de gestão do Parque Urbano, o novo sistema de gestão que foi aplicado e que tem a ver também com plataformas, articuladas com a aplicação, portanto, do Município com a qual trabalhamos, que é a AIRC, no sentido de quem for ao Parque Urbano e já sabem que houve uma decisão por parte do Município, deliberado que depois os campos de Padel seriam pagos, ainda não começámos a cobrar, precisamente porque as pessoas depois querem pagar, mas depois pedem um recibo e depois é preciso fazer toda esta articulação e, portanto, aproveitámos desenvolver este sistema e aplicámos ao parque urbano e aplicámos também às piscinas municipais, porque, efetivamente, já estamos a trabalhar em rede com os nossos serviços de contabilidade e, portanto, tudo o que entra e sai fica registado, não há dinheiro a ser transacionado e, portanto, quem chegar ao Parque Urbano terá que clicar na máquina, pagar com cartão e, portanto, irá receber depois a respetiva informação e, portanto, basicamente, é isto, portanto, este sistema de gestão aplicado ao Parque Urbano, às piscinas municipais e no futuro será também com o Velódromo, que ainda não conseguimos trabalhar em rede com o Velódromo ligado, enfim, ao nosso sistema. E, pronto e acho que já respondi. --

----- **Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Rui Bastos, para que efeito? Direito de resposta, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Obrigado Senhor Presidente, só para esclarecer que publicamente é conhecido que os motivos porque o PCP votaram contra o orçamento, que o orçamento é muito mais do que aqueles exemplos que eu aqui elenquei. Aliás, alguns dos exemplos que temos vindo a aprovar, porque entendemos e são apresentados nesse sentido, como um fator de desenvolvimento económico do Concelho. E se reparar eu deixei fora dos exemplos o único que realmente, digamos assim, não vou muito à baila com ele, que é a questão do alojamento estudantil. Mas a Senhora Presidente também sabe e talvez os Senhores Deputados não saibam que a questão da intervenção no Museu e corrija-me, por favor, tem sido uma das medidas apresentadas por diversas vezes, nomeadamente, quando somos auscultados para apresentar medidas para o orçamento. Certo? E é nesta medida que eu lhe perguntei, não tem nada a ver com votar o orçamento contra ou a favor, porque o orçamento certamente mal Maria se ele fosse todo negativo, não é, agora que tem medidas que poderia ir mais além e a gente tem oportunidade de a seguir voltar a falar disso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok. Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, não havendo, não havendo mais nenhuma inscrição, passaremos ao **ponto número dois do período da ordem do dia: apresentação, discussão e votação da proposta de deliberação no sentido da prorrogação do prazo para a assunção das competências no domínio da ação social, previstas no decreto-lei cinquenta e cinco barra, dois mil e vinte, de doze de agosto, na sua versão atualizada.**

----- Portanto, perante isto e perante também tendo os Senhores Deputados todos acesso à apresentação, se quiserem, portanto, inscrever-se para a discussão deste ponto, faz favor. Faz favor, Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, a questão que lhe vou colocar não terá tanto em causa a aprovação da proposta que aqui nos é colocada, mas mais no sentido de perceber, no fundo, e não coloquei a questão anteriormente porque se ajustava perfeitamente neste ponto, quando nos é informado que a ação social está a construir documentos e procedimentos em reuniões de acompanhamento relativamente a esta matéria. Ora, o que nós vemos do texto da proposta ou da minuta que nos foi enviada, acabam por ser considerações preocupantes que já foram, no fundo, alinhadas em outros momentos de incompetências de outro âmbito, nomeadamente a da Educação, a qual nós sabemos ao que foi dar, não é? A preocupação que é porque, no fundo, os recursos não estão afetos às necessidades e, desta vez, voltamos a ver no mesmo documento, algo para o qual eu também já aqui chamei a atenção, que é no momento não se sabe, não há estudos, noutra momento esses estudos são desconhecidos e o próprio Governo não os fornece, mas depois é tomada uma decisão e que com essa falta desses estudos não se consegue apurar devidamente quais são os recursos necessários, mas depois é nos informado que esses recursos, efetivamente, estão aquém do que seria de esperar. Mas a minha questão é do ponto de vista funcional, porque já vi que isto vai decorrer, espero que não, mas vai decorrer conforme o que aconteceu com a educação. Ora, nós sabemos que até dezembro de dois mil e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e dois teriam que estar definidos certos procedimentos e certos documentos, um deles seria a questão da formação do técnico, outro seria a questão, por exemplo, do regulamento de funcionamento do SAS, o regulamento da avaliação até dos processos do SAS. E até para o próprio protocolo, se caso a Câmara Municipal entenda que não vai ficar com RSI e poderá fazer protocolos com as IPSS, ou seja, isto eram tudo medidas que deveriam estar definidas, porque nós sabemos que isto iria entrar, porque esta condição veio só agora em dezembro, não foi? Para todos os efeitos isto iria entrar em janeiro e o que lhe perguntava, no fundo, era de toda esta logística, que é o mais pertinente neste momento e onde o Município para já pode atuar diretamente, porque todo o resto estará dependente das boas intenções do Governo, perguntava-lhe, no fundo, se já estão estabelecidos estes contactos com as IPSS ou se já foram celebrados acordos, como é que está o processo? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É muito simples, basicamente, o documento, isto é um pró-forma, basicamente, não é? Porque, na verdade, nós já antecipávamos face às negociações que estavam a acontecer entre a Associação Nacional de Municípios, portanto, o Governo, que iria ser adiada a data para entrar em definitivo o processo de descentralização de competências atribuído a todos os Municípios. Aliás, chegou a ser até comunicado à própria Misericórdia de Sangalhos, que é a única entidade IPSS que estava integrada neste processo, foi-lhe comunicado, portanto, que o protocolo só se iria manter até trinta e um de dezembro, depois desta assinatura deste acordo, foi proposto à Misericórdia de Sangalhos a possibilidade de eles poderem aceitar a prorrogação do prazo, portanto, e estender-se até ao início de abril. Pronto e a Misericórdia acabou por aceitar essa situação e, portanto, esse protocolo foi prorrogado até ao início da entrada das competências, sendo as mesmas da responsabilidade do Município. É evidente que em termos de formação, tudo isso continua a acontecer entre a dita Comissão de Acompanhamento que vem ao Município, portanto, que tem dado formação aos nossos serviços técnicos, as nossas colaboradoras também já foram a formação Aveiro e, portanto, tem havido esta troca de informação. Sabemos de antemão, obviamente, que poderá haver a necessidade de um regulamento, isso não é assim tão taxativo quanto isso, nós temos consciência que isto é para entrar em vigor a partir do dia dois de abril e ponto, com acréscimo das verbas que foi atribuído ao Município de Anadia e, portanto, estamos a fazer este trabalho Juntamente com a Segurança Social e depois de ter interpelado a Misericórdia de Sangalhos já no ano passado, antes do término do prazo, portanto, percebendo, efetivamente, qual era a disponibilidade de eles poderem continuar a fazer este acompanhamento, tal como vinham fazendo e, portanto, sendo uma IPSS que tinha experiência nesta matéria, portanto, se estavam ou não disponível e, na verdade, a Misericórdia aquilo que nos comunicou é que não estava disponível perante aqueles valores do protocolo que estavam em causa e, portanto, perante aqueles valores não poderia continuar a assumir essas competências e, portanto, ficou claro para nós que chegando a trinta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e um de dezembro não havia IPSS neste sistema. Com esta prorrogação a IPSS continuou, portanto, até ao dia dois de abril, já fizemos contactos com a Misericórdia, portanto, estabelecemos esses contactos, fizemos as nossas propostas e, portanto, muito em breve irá esse assunto à reunião de Câmara para fazermos também a proposta, dentro da proposta que já fizemos à Misericórdia de Sangalhos e que eles aceitaram e, obviamente, terá que ser objeto de um protocolo a celebrar entre o Município e a IPSS, neste caso, a Misericórdia de Sangalhos, que será para já a única IPSS que continuará neste sistema e nós continuaremos, continuaremos não, iremos desenvolver as atividades por administração direta, como se costuma dizer, portanto, com os nossos recursos e com a formação, obviamente, que os nossos colaboradores já têm. E, portanto, iremos avaliar esta experiência até ao final do ano, ver como é que as coisas funcionam. Aquilo que está em cima da Mesa, porque muitas vezes os próprios técnicos que estão a dar formação nem eles muitas vezes têm a certeza de tudo aquilo que estão a transmitir e, portanto, percebendo de um ou de outro Município que entretanto, da região, já assumiu as competências, está tudo tranquilo, mas eles têm outras verbas que o Município de Anadia não tem, porque no passado, efetivamente, as IPSS tiveram protocolos com valores substanciais e, portanto, aquilo que as Câmaras fizeram foi manter as IPSS praticamente e, portanto, distribuindo os valores que já tinham e, portanto, nesta situação em concreto, portanto, estamos a trabalhá-la com a Misericórdia de Sangalhos e, portanto, serão as competências exercidas pela Misericórdia de Sangalhos e pelo Município de Anadia, sendo que todas as decisões seremos nós a entidade coordenadora e, portanto, a quem caberá todas as decisões. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais nenhuma inscrição, perei à votação este ponto número dois da proposta de deliberação no sentido da prorrogação do prazo de assunção das competências no domínio da ação social. Quem vota a favor? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, e num universo de trinta votantes e no uso da competência estabelecida no n.º 5 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua versão atualizada, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de deliberação no sentido da prorrogação do prazo para assunção das competências no domínio da Ação Social, previstas na acima referida norma legal, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues. -----

----- Passaremos ao **ponto três: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação do DDORC, é o mapa de demonstração e desempenho orçamental do período findo a trinta e um de dezembro de vinte e dois, para os efeitos previstos no artigo octogésimo primeiro da Lei número vinte e quatro B barra dois mil e vinte e dois de trinta de dezembro**, pelo que está aberta, está aberta a discussão. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não havendo ninguém inscrito, passo à votação. Quem aprova esta proposta da Câmara Municipal que tem como assunto o mapa de demonstração do desempenho orçamental. Portanto, quem vota a favor: Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, e num universo de trinta votantes e para os efeitos previstos no art.º 81.º da Lei n.º 24-B/2022, de 30 de dezembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal do DDORC – Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental do período findo a 31 de dezembro de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues. -----

----- Passamos ao **ponto quatro: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da primeira alteração orçamental modificativa barra revisão das Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para vinte e três, vinte sete, nos termos da alínea a) do número um do artigo terceiro do RAMA.** Portanto, está aberta a discussão relativamente a este tema, não havendo inscrições para essa discussão, desculpe está o Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Efetivamente não criou nenhuma celeuma a questão do ponto anterior, uma vez que o saldo tem mesmo que transitar, agora a forma como ele é aplicado, já poderá sofrer outra análise e é isso que estamos a fazer neste ponto. Começo pelo aspeto positivo, dar-lhe os parabéns pela questão da aquisição de equipamento informático e software, que foi uma das medidas que fizemos alguma referência ao longo de algumas assembleias. Mas Senhora Presidente devo-lhe dizer, pronto, não sei se isso merece grandes considerações, eu olho para este, para estas iniciativas, que isto são propostas vossas, são prioridades que vocês elencaram e o que a gente tira daqui o que é importante é vias, não desfazendo a importância atenção, mas, neste momento, a importância para si são vias, construção e requalificação de infraestruturas desportivas e outras. E a habitação, apoio social, não vejo nada. Mais neste período que continuo a dizer que é um período complicado para muitas famílias e para muitos municípios. Perante isto faço-lhe apenas uma questão, já agora só por curiosidade, esta aquisição de viatura terá que finalidade? E é só, isto com três por cento no ensino não superior, inferior a desporto e os outros, nem sei o que é que lhe diga olhe, mas ao menos satisfaça-me a curiosidade, a aquisição da viatura será para que fim? Se faz favor. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

---- Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, estranho é que o Senhor Deputado não perceba, obviamente, da distribuição que é feita e da importância que é feita nesta distribuição de mais de um milhão de euros. Sendo que quatrocentos e tal mil euros transitam do saldo de gerência e outro dinheiro entra no Município



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

através da Administração Central, nomeadamente, do reforço do quartel da GNR e, obviamente, para o edifício do Centro de Saúde, esse ainda está pela nossa, está ainda sob a nossa responsabilidade, mas não tenham a preocupação de perceber que tivemos que colocar trezentos e catorze mil euros naquilo que são os encargos de recolha e tratamento de RSU e isso resulta, efetivamente, pela alteração de tarifa que vai ser aplicada aos Municípios e que vai muito para além, efetivamente, daquilo que estava proposto no nosso tarifário e, portanto, isto é algo que ainda continua em discussão, mas representa este agravamento para o Município de Anadia, este valor que temos que, efetivamente, reforçar para pagar estes encargos com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. -----

----- Quando temos aqui aquisição de viaturas, estamos a falar de viaturas ou máquinas, portanto, para o serviço, não tenho neste momento uma, uma resposta exata porque estamos neste momento, inclusivamente, a solicitar orçamentos. Se lhe disser se achar que é muito, eu diria que é pouco, porque, por exemplo, quando estamos a pensar na necessidade de aquisição de autocarro e digo autocarro para transporte e ainda há bocadinho estavam falar nos autocarros, por exemplo, os nossos autocarros temos sorte, foi prorrogado mais um ano a idade que permite os nossos autocarros poderem transportar crianças. Porque depois os nossos autocarros, apesar de ainda estarem bons, já não cumprem a lei e não podem transportar crianças. Como também depois os nossos autocarros não podem entrar, por exemplo, na capital, porque depois já não cumprem os requisitos. E, portanto, estamos a falar, efetivamente, de valores de viatura e algo que está efetivamente equacionado, que não chega para a aquisição de um autocarro, depende do autocarro e essa é a dimensão que estamos aqui a avaliar, porque uma coisa é um autocarro para trinta e poucos lugares ou para quarenta e um ou para cinquenta, em que já chegámos aos duzentos e tal mil euros. Portanto, são estas as necessidades e, portanto, a avaliar e a fazer consulta de mercado, para vermos as opções a tomar e não termos que recorrer a viaturas em segunda mão, que no passado já foram adquiridas, nomeadamente, os autocarros, mas estávamos a tentar evitar, mas se os preços forem exagerados, enfim, estamos a fazer consulta, efetivamente, de mercado e, portanto, o preço está muito aquém, o valor está muito aquém das necessidades do próprio Município. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, o Senhor Deputado Rui Bastos pediu a palavra para? Para direito de resposta? A quê? Ah então é um pedido de esclarecimento ou o Senhor quer esclarecer ou está esclarecido e quer-nos esclarecer a nós? Vá ok, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhora Presidente não me interprete mal as minhas palavras, efetivamente, eu deixei de fora dos exemplos que lhe dei a questão dos fundos, dos valores que têm que fazer face a este aumento da inflação, porque isto realmente não tem nada para dar os parabéns, nem a própria inclusão dos trezentos e catorze mil euros, porque também acho que não é de dar os parabéns, porque isto é para prejuízo do Município e eu tive o cuidado de lhe falar de prioridades e as prioridades centram-se quase tudo na questão das vias municipais ou mais concretamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando formos a ver a nível dos transportes rodoviários, nós tínhamos quatrocentos e setenta mil euros e agora são lá acrescentados mais trezentos e cinquenta mil. Pronto, eu não identifico estas prioridades, mas identifico outras e é neste âmbito que lhe estou dar, no fundo, a minha opinião. Se fosse eu tomaria outras medidas, não é por falta de virmos aqui avisar, avisar salvo seja, incentivar, sensibilizar para que seja dado uma maior atenção a certos problemas, neste caso a habitação, porque repare que a habitação vem aqui referido no ponto anterior, dezasseis fogos, quando nós sabemos que a Estratégia Local de Habitação tem muito mais fogos previstos, não é? Podia-se dar um forcing neste nesse procedimento ou até nas zonas industriais, porque não? Também é um projeto que nós somos favoráveis. Eu como não percebo esta, mas conheço os outros, daí o meu descontentamento. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok. Muito obrigado Senhora Presidente, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ó Senhor Deputado eu vou ter que insistir, se essas prioridades eram tão importantes as zonas industriais e a Estratégia Local de Habitação, o Senhor nem as visualizou no orçamento para dois mil e vinte e três, porque votou na mesma contra, portanto, são tão importantes mas o que é certo é que eram os maiores investimentos que nós tínhamos no orçamento para dois mil e vinte e três e o Senhor mesmo assim vota contra, quando não está lá o Senhor acha que deve estar, portanto, é uma contradição, não é prioridade para si o transporte das crianças para levar para a escola ou ajudar a transportar? Ah, bom, ouça e se calhar o Senhor tem um pavimento bom para ir até casa, mas se for em determinadas vias, obviamente, vai ver que, efetivamente, há buracos, olhe até em Anadia. Se passar neste momento na Rua do Hospital vai perceber como é que está e podia-lhe nomear outras, mas depois o Senhor ficava a saber tanto como eu. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais nenhuma inscrição para a discussão deste ponto, vamos passar então à votação deste ponto e quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta de fila. Quem se abstém: primeira fila e, portanto, e num universo de trinta votantes e no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Primeira Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para 2023/2027, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues. -----

----- Passaremos agora ao **ponto número cinco: apresentação, discussão e votação da**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta da Câmara Municipal da primeira alteração do mapa de pessoal aprovado para o ano dois mil e vinte e três, nos termos da alínea o) do número um do artigo terceiro do RAMA. Ponho à discussão este ponto, não havendo inscrições ponha à votação este ponto. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, e num universo de trinta votantes e no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues. -----

----- Passamos ao **ponto seis do período da ordem do dia: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do pedido de autorização para a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais nos termos conjugados da alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco, dois mil e treze, de doze de setembro, com a alínea c) do número um do artigo sexto da Lei oito dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, no âmbito de contratação de um empréstimo a médio e longo prazos até ao montante de cinco milhões de euros e autorizado por deliberação desta Assembleia Municipal de vinte e nove de setembro, retificada por deliberação de vinte e oito de dezembro, de dois mil e vinte e dois.** Pelo que, desde já, passo a opinião ao plenário. Não havendo inscrição, passarei então a votação deste ponto. Então está a pedir a palavra é? Faz favor, Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- E vou fazer aqui uma confissão que se calhar lhe vai agradar. Olhe eu, efetivamente, vi os números na tabela, mas não fiz a soma, confesso que não olhei para o resultado final e a pergunta é muito simples. Sistemáticamente falamos neste empréstimo onde tem uma palavrinha até, até, até, tenho acompanhado este processo todo do até e o que eu lhe perguntava, simplesmente, este valor do empréstimo afinal é quanto? É até cinco, continua assim porque uma vez que veio aqui elencar aqueles pagamentos, já está definido um valor não está é só isso? Eu sou um leigo em finanças, por isso é que estou a colocar a questão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem, quer elucidar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, se me permite Senhor Presidente, o valor são cinco milhões correto? Quando é que vai está disponível? Só depois do visto de Tribunal de Contas aprovar o empréstimo e, portanto, termos em definitivo este processo resolvido. Depois, o Município tem até dois anos, o período de carência é de dois anos, portanto, a atribuição ou para quê está definido, o próprio Tribunal de Contas nos questiona para quê? Está esclarecido. OK? Aquilo que nos pediu foi para fazer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta distribuição plurianual, portanto, de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três, amortização de capital cinco milhões, com juros fica em cinco milhões trezentos e quarenta e um, quinhentos e setenta euros e setenta e seis cêntimos. Então se percebeu para que é que pergunta? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Atenção neste jogo, neste jogo não vale a pena estarmos a dialogar, então? Vamos respeitar os cinco milhões, está bem? Assim sendo, assim sendo e não havendo mais nenhuma inscrição eu vou pôr à votação, Senhor Vice-Presidente isso é colateral, eu desejava então dar a palavra ao plenário. Quem vota a favor deste ponto: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila e, portanto, e num universo de trinta votantes, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD, aprovar a proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito da contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, até ao montante de 5.000.000,00 €, autorizado por deliberação desta Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2022, retificada por deliberação de 28 de dezembro de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues. -----

----- Entramos agora no **Período de Intervenção do Público**, que pediria por favor, que fosse explícito a mostrar-se, chegámos à conclusão que não há público e, portanto, não havendo, não havendo nenhuma inscrição do público e obedecendo ao preceituado, portanto, terminámos a nossa sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, são hoje e a esta hora continental, dezassete horas e vinte e quatro minutos. Muito obrigado a todos. -----

----- Vão-me desculpar mas temos aqui um requerimento, uma proposta no sentido, isto é no caso do MIAP, no sentido do nos termos da alínea b) do número um do artigo vigésimo primeiro do RAMA, a aprovação em minuta, a fim produzir efeitos imediatos nos termos do que dispõe o número quatro, do artigo quinquagésimo terceiro do RAMA, dos pontos dois, três, quatro, cinco e seis do período da ordem do dia, que se faça já a respetiva votação. Primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, Mesa. Portanto, foi aprovado por unanimidade e agora sim, são dezassete horas e vinte seis minutos e dou por terminada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -
